



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SECRETARIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016-2021



RESULTADOS DA GESTÃO ESTRATÉGICA ANO 2018 – TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

RESULTADOS DA GESTÃO ESTRATÉGICA 2018 – TRE-BA

Salvador – BA
Março/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

Relatório do Resultado da Estratégia do TRE-BA – Ano de 2018

Relatório dos resultados, referentes ao ano de 2018, de indicadores e projetos relacionados aos objetivos estratégicos constantes do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para o período 2016-2021.

Elaboração: Seção de Planejamento (SEPLANE), com subsídios dos relatórios de desempenho dos indicadores e projetos estratégicos encaminhados, respectivamente, pela Seção de Estatística (SESTAT) e pela Seção de Gestão de Riscos e de Gerenciamento de Projetos (SEGEPRO) da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG) do TRE-BA.

Salvador – BA
Março/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2021 compreende 15 objetivos estratégicos, que direcionam a atuação do Órgão no período, conforme Mapa Estratégico a seguir:



Na sua formulação, foram contemplados os conteúdos temáticos referentes aos sete macrodesafios do Poder Judiciário Nacional (Resolução do CNJ nº 198/2014), considerados obrigatórios para toda a Justiça Eleitoral. Além disso, foram acrescentados outros objetivos específicos, relacionados às particularidades deste Regional. À fixação de Metas, escalonadas até o final do Ciclo de Planejamento (2021), somou-se a criação de Indicadores de Desempenho que balizam o monitoramento da estratégia do TREBA, os quais, no exercício de 2018, totalizaram 40 índices ou taxas, acompanhados trimestralmente e avaliados nas Reuniões de Análise Estratégica. O exercício de 2018 representa a metade do Ciclo de Planejamento Estratégico do TRE-BA. O ano anterior foi marcado por grandes avanços no Tribunal, tendo sido alavancada a revisão biométrica do eleitorado, além da priorização do atendimento às demandas dos Órgãos de Controle, especialmente o TCU e o CNJ. O planejamento da gestão para o exercício de 2018, a partir da análise das entregas do Órgão e de seus desafios no porvir, revelou a necessidade de impulsionar ainda mais o amadurecimento da gestão, ante à sua missão e ao propósito da organização de focar nos resultados para os cidadãos e usuários dos seus serviços. Nesse sentido, foi instituído o Sistema de Governança e Gestão do TRE-BA, por meio da Resolução Administrativa n. 15/2018, de 13/06/2018, que em seu artigo 12 estabelece, em linhas gerais, as diretrizes a serem seguidas para o atingimento dos objetivos e metas estratégicas do órgão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

(<http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/governanca-egestao/sistema-de-governanca-e-gestao>). Governança no setor público é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. A boa governança pública pressupõe, assim, a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados, bem como de uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos interesses sociais e estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a tempestiva correção de rumos, quando necessário. O cenário de restrição orçamentária vivenciado nos últimos anos tem exigido dos órgãos públicos uma atuação cada vez mais vigorosa no que tange à racionalização de recursos, ao tempo em que cobra um número de entregas cada vez maior. Esse contexto propiciou a discussão e implantação da governança no TRE-BA, trazendo em seu bojo a proposta de adoção de um conjunto de boas práticas capazes de viabilizar o significativo incremento do desempenho organizacional, com vistas a um melhor atendimento à sociedade.

2 GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A seguir, apresenta-se o Mapa Estratégico desse Regional ilustrado conforme o impacto do desempenho dos indicadores nos objetivos estratégicos no ano de 2018.

Mapa Estratégico TRE-BA – 2016-2021 – Status 2018



LEGENDA

Ótimo
Em atenção
Crítico
Não Mensurado



2.1 ANÁLISE DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Da análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do TRE-BA referente ao exercício de 2018, passamos a tecer as seguintes considerações:

Com relação ao grau de alcance dos 15 Objetivos Estratégicos, nove alcançaram os resultados propostos para o período, quatro não alcançaram e dois não foram mensurados.

De modo geral, dos 40 indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional, 33 foram monitorados, quatro não eram aplicáveis para o exercício e três não foram mensurados. Dos 33 indicadores monitorados, 66,67% alcançaram as metas estabelecidas e 33,33% não atingiram os resultados esperados.

Relativamente aos três indicadores não mensurados neste exercício, detalhamos o que se segue:

- ✓ Índice de implementação da qualidade de vida no trabalho: a medição do indicador depende da institucionalização do PQVT, cuja priorização foi recomendada pela COPEG;
- ✓ Prestação de contas de partidos políticos 1º Grau e Prestação de contas de candidatos não eleitos 1º Grau: não foram mensurados por impossibilidade de extração dos dados no SADP.

Com relação aos projetos estratégicos, observa-se que, dos 18 projetos estratégicos considerados, 39% estão com andamento normal, 33% com atrasos não considerados críticos e 6% com problemas que necessitam de intervenção imediata. Cabe ressaltar que 22% das iniciativas foram finalizadas em 2018: Avaliação das Contratações, Política de Gestão de Riscos, Governança de TIC, Política Integrada de Comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

A seguir, uma análise pormenorizada dos Objetivos Estratégicos com os respectivos indicadores associados:

Com relação aos Objetivos Estratégicos melhores avaliados, cabe destacar que do total de indicadores associados ao Objetivo *Aumentar a Celeridade e a Produtividade na Prestação Jurisdicional* 75% apresentaram alcance de suas metas em 2018, entretanto merece pontuar o baixo desempenho do indicador *Taxa de congestionamento no 1º grau de jurisdição* que não alcançou o resultado esperado dentro do exercício. Em relação ao Objetivo *Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral*, cumpre enfatizar que a meta proposta para o exercício foi amplamente superada, tendo em vista que o Índice de eleitores com cadastro biométrico apresentou um grau de alcance da meta na ordem de 133,08%. Já o Objetivo *Aperfeiçoar a Governança de TIC* apresentou desempenho excelente, superando as metas anuais estabelecidas para o exercício, com a conquista do nível "aprimorado" na avaliação do questionário de Governança, Gestão e Infraestrutura de TI do CNJ (iGovTic-JUD) e a implantação de sete normas de segurança da informação.

Com relação ao Objetivo Estratégico *Fomentar Ações de Responsabilidade Social e Práticas Ambientais Sustentáveis*, dos cinco indicadores associados apenas um apresentou desempenho abaixo do esperado. Com efeito, o *Índice de adequação física às normas de acessibilidade* não atingiu a meta proposta para 2018, posto que, não foram concretizadas as obras previstas visando à adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade. O Objetivo *Assegurar a Adoção de Boas Práticas de Gestão* também apresentou bom desempenho, tendo em conta a situação do *Índice de alinhamento das unidades à estratégia institucional*, que atingiu a meta de realizar o desdobramento da estratégia em três unidades. O indicador *Número de ações de gestão de riscos*, que também compõe este objetivo, conseguiu superar as metas propostas para o exercício.

O desafio *Melhorar o desempenho dos processos organizacionais* também obteve êxito com a concretização das metas de mapear os seguintes processos: *Executar ações de auditoria interna*, *Planejar e gerenciar correição*, *Planejar e gerenciar prestação de contas de gestão* e *Divulgação das políticas e normativos internos para a sociedade*.

Igualmente, o Objetivo Estratégico *Promover a Governança de Gestão de Pessoas* alcançou o desafio proposto para o período, superando em 2,65 pontos percentuais a meta estabelecida de 65% referente ao *Índice de governança em gestão de pessoas*.

Com relação aos Objetivos Estratégicos que não apresentaram bom desempenho, merece comentário o desafio *Aperfeiçoar a qualidade do gasto público* cujos quatro indicadores associados não alcançaram as metas em 2018. Com relação ao Objetivo *Consolidar a Boa Imagem do TRE-BA junto à Sociedade*, o *Índice de confiança no TRE-BA*, mensurado no terceiro trimestre, alcançou o resultado de 63,2% de confiança, abaixo da meta de 65% estabelecida para o período.

Quanto ao objetivo *Contribuir para o Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa*, o baixo resultado do *Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo no 1º e 2º graus* prejudicou a sua performance, mesmo com bom desempenho dos indicadores *Prestação de contas de partidos políticos no 2º grau* e *Número de ações de promoção de valores éticos*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

O Objetivo *Promover a melhoria dos serviços de TIC*, por sua vez, alcançou um percentual de 50% relativo ao *Índice de cumprimento das metas do PETI*, inviabilizando o alcance da meta estabelecida em 89% de cumprimento em 2018.

O objetivo estratégico *Assegurar a afetividade da comunicação interna* deixou de ser mensurado, porque o indicador associado *Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas* somente é aplicável em anos não-eleitorais. Com relação a *Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro* o *Índice de implementação da qualidade de vida no trabalho* depende da institucionalização do PQVT, conforme já esclarecido anteriormente.

Para avaliar o alcance dos objetivos estratégicos foi considerada a média das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo estratégico.

ANÁLISE DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS AO FINAL DO EXERCÍCIO			
1. PONTUAÇÃO DOS INDICADORES		2. MÉDIA DOS PONTOS	
Cor	Pontuação	Resultado	Cor do Objetivo
	1 ponto		1,00 a 1,50
	2 pontos		1,51 a 2,00
	0 pontos/não entra no cálculo		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

3. STATUS DOS INDICADORES -2016-2021

Nº	Indicador	2018		2017		2016	
		Meta	Resultados	Meta	Resultados	Meta	Resultados
1	i1. Índice de alcance das metas institucionais	55%	72,22%	Em construção		Em construção	
2	i2. Índice de confiança no TRE-BA	65%	63,21%	Não se aplica (bienal)		Aplicar e tabular pesquisa	100%
3	i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	250	288	6	52	24	225
4	i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º grau) ¹ ↓	Até 30%	↓ 35,15%	Até 35%	↓ 58,31%	Até 42%	↓ 60,62%
5	i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (2º grau) ¹ ↓	Até 20%	↓ 4,03%	Até 20%	↓ 13,66%	Até 15%	↓ 15,01%
6	i5. Índice de agilidade no julgamento (1º grau)	35%	75,02%	25%	51,22%	15%	43,84%
7	i5. Índice de agilidade no julgamento (2º grau)	98%	97,19%	40%	94,56%	35%	97,73%
8	i6. Índice de atendimento à demanda (1º grau)	102%	140,50%	101%	117,83%	110%	91,18%
9	i6. Índice de atendimento à demanda (2º grau)	102%	108,69%	101%	118,52%	110%	92,62%
10	i7. Índice de julgamento de processos antigos (1º grau)	90%	109,44%	90%	86,71%	90%	78,11%
11	i7. Índice de julgamento de processos antigos (2º grau)	90%	110,56%	90%	90,20%	90%	97,80%
12	i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (1º grau)	75%	2,39%	15%	51,19%	10%	29,41%
13	i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (2º grau)	75%	52,97%	100%	93,86%	100%	97,83%
14	i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (1º grau)	Não mensurado		Em construção		Não existente	
15	i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (2º grau)	42%	91,92%	41%	39,19%	Em construção ²	
16	i9CAMP. Prestação de contas de campanha de partidos políticos (2º grau)	Não se aplica(a partir de 2019)		Não se aplica (a partir de 2019)		Não existente	

¹ Quanto menor o resultado, melhor o desempenho

² A primeira medição para prestação de contas de partido (ordinárias) no 2º grau foi realizada em 2016 para, a partir do resultado, 40%, escalonar as metas até 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

Nº	Indicador	2018		2017		2016	
		Meta	Resultados	Meta	Resultados	Meta	Resultados
17	i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleito (1º grau)	Não mensurado²		Em construção		Não existente	
18	i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleito (2º grau)	Não se aplica (a partir de 2019)		Não se aplica (a partir de 2019)		Não existente	
19	i10. Número de ações de promoção de valores éticos	2	6	4	Suspenso	2	Suspenso
20	i11. Índice de satisfação dos clientes	87%	86,84% ³	86%	79,89%	85%	69,19%
21	i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico	50%	66,54%	40%	44,67%	15%	13,91%
22	i13. Índice de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	Mapear 4 processos	100%	Mapear 3 processos	66,67%	Não mensurado	
23	i14. Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas	Não se aplica (bienal)⁴		61%	93%	58%	Não mensurado
24	i15. Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade	2	1	13	Suspenso	9	0
25	i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais	4.000	7.523	2.500	6.346	3.500	6.360
26	i17ASoc. Número de ações socioambientais	70	119	50	113	60	139
27	i17AAmb. Número de ações socioambientais	5	8	Não se aplica		Não se aplica	
28	i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho	Não mensurado²		Suspenso		Suspenso	
29	i19. Índice de satisfação e motivação do servidor	Não se aplica (bienal)		50%	47,86%	Não se aplica (bienal)	
30	i20. Índice de governança de Gestão de Pessoas	65%	67,65%	50%	65,63%	40%	44,80%
31	i21. Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	Finalizar SGA e desdobrar COPEG	100%	Desdobrar SGP, SAU e iniciar SGA	66,67%	Iniciar desdobramento	100%
32	i22. Número de ações de gestão de riscos	2	18	4	4	Não se aplica	

³ A meta estipulada em 87% foi considerada atendida, tendo em vista que a diferença do valor alcançado (0,16%) em relação ao quanto pretendido foi inferior a 0,5%, limite padrão adotado pela COPEG para aproximação dos resultados.

⁴ Indicador se tornou bienal a partir de 2017.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

Nº	Indicador	2018		2017		2016	
		Meta	Resultados	Meta	Resultados	Meta	Resultados
33	i23. Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	75%	52,22%	70%	52,35%	65%	50,45%
34	i24. Índice de satisfação com a qualidade das contratações	Limpeza: 60% Restaurante: 65%	50% ⁵	Realizar e tabular pesquisa	100%	Realizar e tabular pesquisa	Pesquisa não realizada
35	i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	80%	77,18%	79%	72,56%	78%	69,95%
36	i26. Índice de racionalização do gasto público	Excluído ⁶					
37	i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA	0,71	0,76	0,38	0,46 ⁷	0,35	Não mensurado
38	i28. Número de normas de segurança da informação instituídas	1	7	2	3	1	1
39	i29. Índice de cumprimento das metas do PETI	89%	50%	85%	Não mensurado	80%	Não mensurado
40	i30. Índice de Execução Financeira	97%	87,61%	96%	91,26%	Não existente	
41	i31. Índice de promoção das ações dirigidas à educação eleitoral	75%	100%	Não existente		Não existente	

Índice	
	Meta atingida
	Meta não atingida
↓	Quanto menor melhor

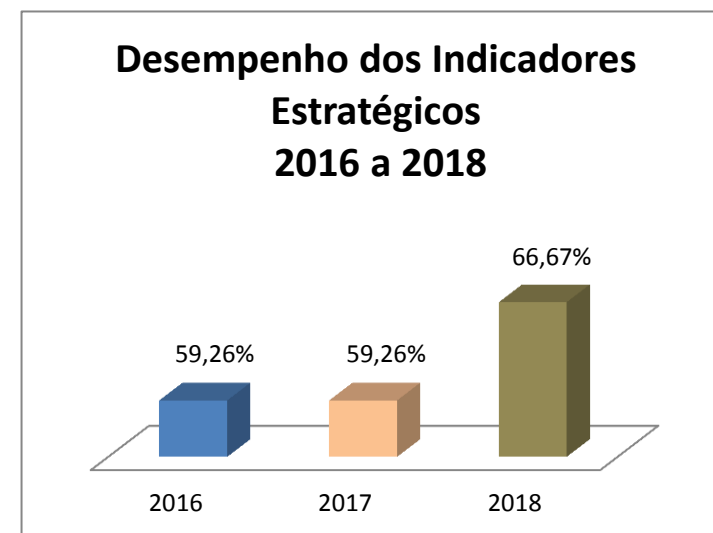
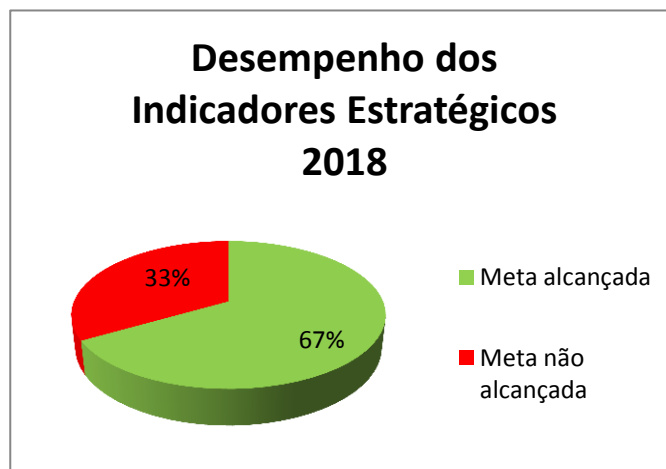
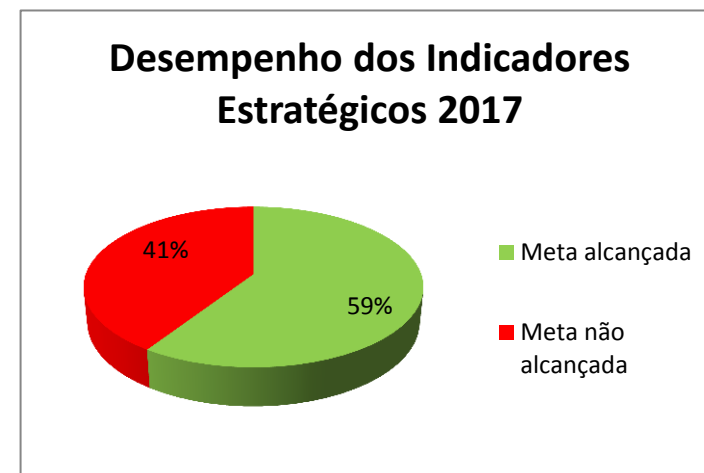
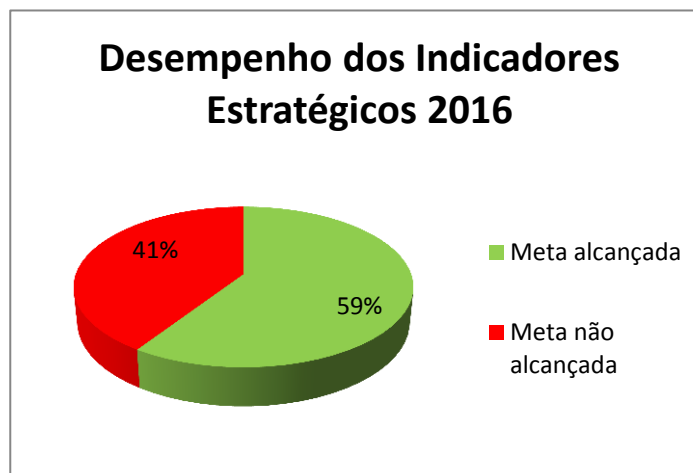
⁵ O alcance da meta do indicador foi de 50%, tendo em vista que o resultado da pesquisa de satisfação com os serviços de limpeza foi de 67,70% (Meta de 60% superada) e de restaurante, 49,45% (meta de 65% não alcançada).

⁶ O indicador Índice de racionalização do gasto público (i26) foi substituído pelo indicador Índice de execução financeira (i30).

⁷ O resultado do indicador foi disponibilizado somente após a publicação do relatório de gestão/2017 do TCU.

3.1 DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

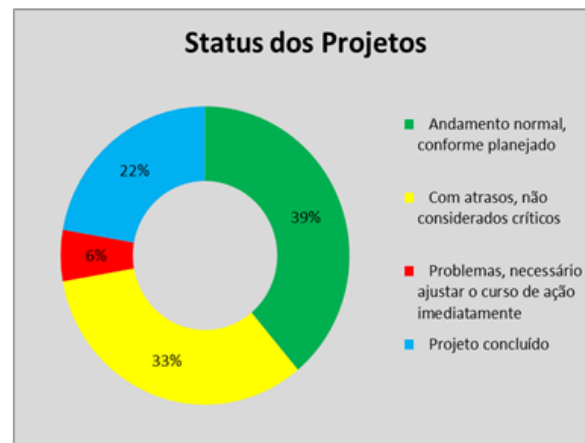
- 2016: 59,26%
- 2017: 59,26%
- 2018: 66,67%



4. DESEMPENHO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

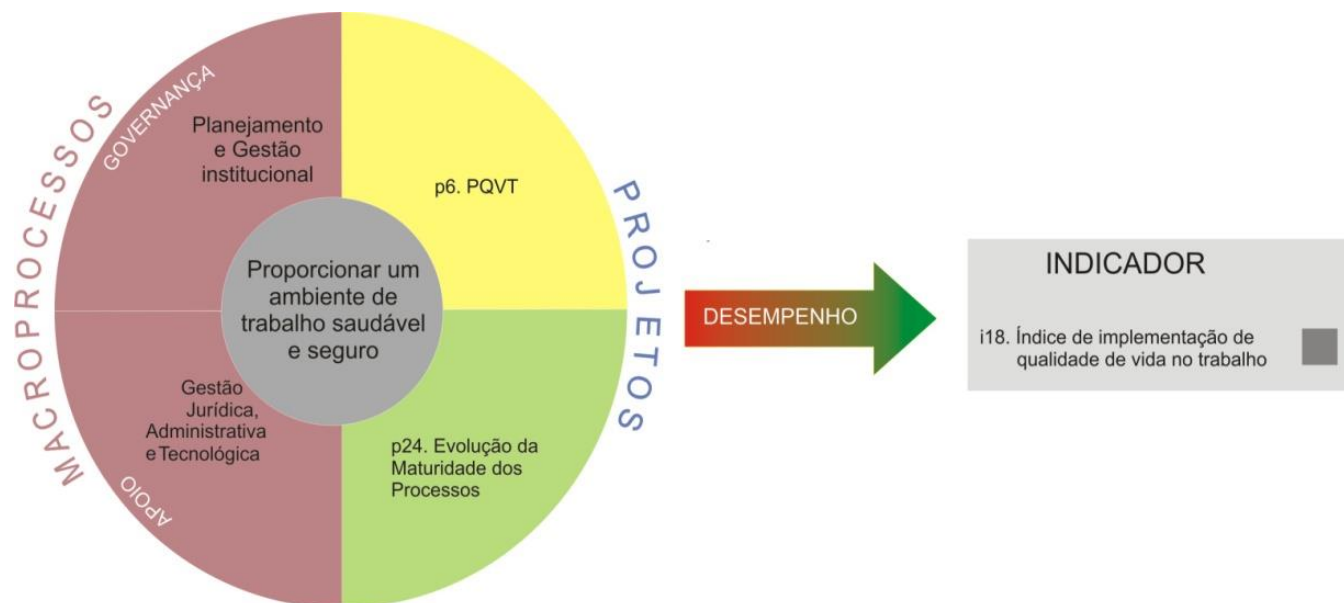
Nº	PROJETO	FAROL DO TEMPO
p3	Avaliação das Contratações	
p4	Desdobramento da Estratégia	
p5	Política de Gestão de Riscos	
p6	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	
p7	Governança em Gestão de Pessoas	
p8	Gestão por Competência	
p10	Dimensionamento da Força de Trabalho	
p11	Governança de TIC	
p14	Melhor acessibilidade	
p20	Política Integrada de Comunicação	
p21	Nova Intranet	
p24	Evolução da Maturidade dos Processos	
p25	Biometria na Bahia	
p27.1	Justiça em Dia 1º Grau de Jurisdição	
p27.2	Justiça em Dia 2º Grau de Jurisdição	
P28	Busca Jus	
p29	Ética no TRE-BA	
p31	Fala, Cidadão!	

EIXOS DO PQVT		
p6.1	Eixo – Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor.	
p6.2	Eixo – Organização Humanizada do Trabalho (incorporado pelo projeto Evolução da Maturidade)	
p6.3	Eixo – Aprimoramento da Comunicação Interna	ADIADO PARA 2019
p6.4	Eixo – Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho	
p6.5	Eixo – Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde	



LEGENDA		
	Andamento normal, conforme planejado.	7
	Com atrasos, não considerados críticos.	6
	Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente.	1
	Projeto concluído	4
TOTAL		18

PROPORCIONAR AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E SEGURO



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais, assim como propiciar ações de valorização dos servidores e magistrados, relacionadas a organização do trabalho, ergonomia, promoção de saúde, melhoria das relações interpessoais e responsabilidade social, com o objetivo de ampliar o bem-estar das pessoas que integram a organização.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA), e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para impulsionar os resultados do objetivo, foram instituídos os projetos estratégicos PQVT e Evolução da maturidade dos processos.
PRIORIDADES
- Realizar estudos para a ampliação do mobiliário ergonômico - Desenvolver ação ou projeto sobre LER DORT - Proporcionar instalações físicas adequadas e seguras nas unidades - Monitorar e melhorar a saúde do servidor.

2019	ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	O Objetivo Estratégico <i>Proporcionar um Ambiente de Trabalho Saudável e Seguro</i> está associado ao desempenho do <i>Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho</i> que não foi mensurado no período, pois seus parâmetros dependem da aprovação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, cuja minuta, ao final está para ser apreciada pela Presidência do TRE-BA. Dentre os problemas mais evidentes relacionados ao objetivo estão: Limitações orçamentárias; sobrecarga de trabalho da unidade responsável pela Gestão de Pessoas; dificuldades na contratação de empresa gestora de plano de saúde para atendimento aos servidores.
	DESAFIOS
	- Oferecer aos servidores do Órgão alternativas para usufruírem de serviços de saúde - Proporcionar a todos os servidores e colaboradores mobiliário adequado para o trabalho - Melhorar instalações físicas em todas as unidades do Tribunal.

INDICADORES

O desempenho do Objetivo *Proporcionar Ambiente de Trabalho Saudável e Seguro* está associado ao indicador *Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho*, conforme análise abaixo relacionado

i 18 - Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho

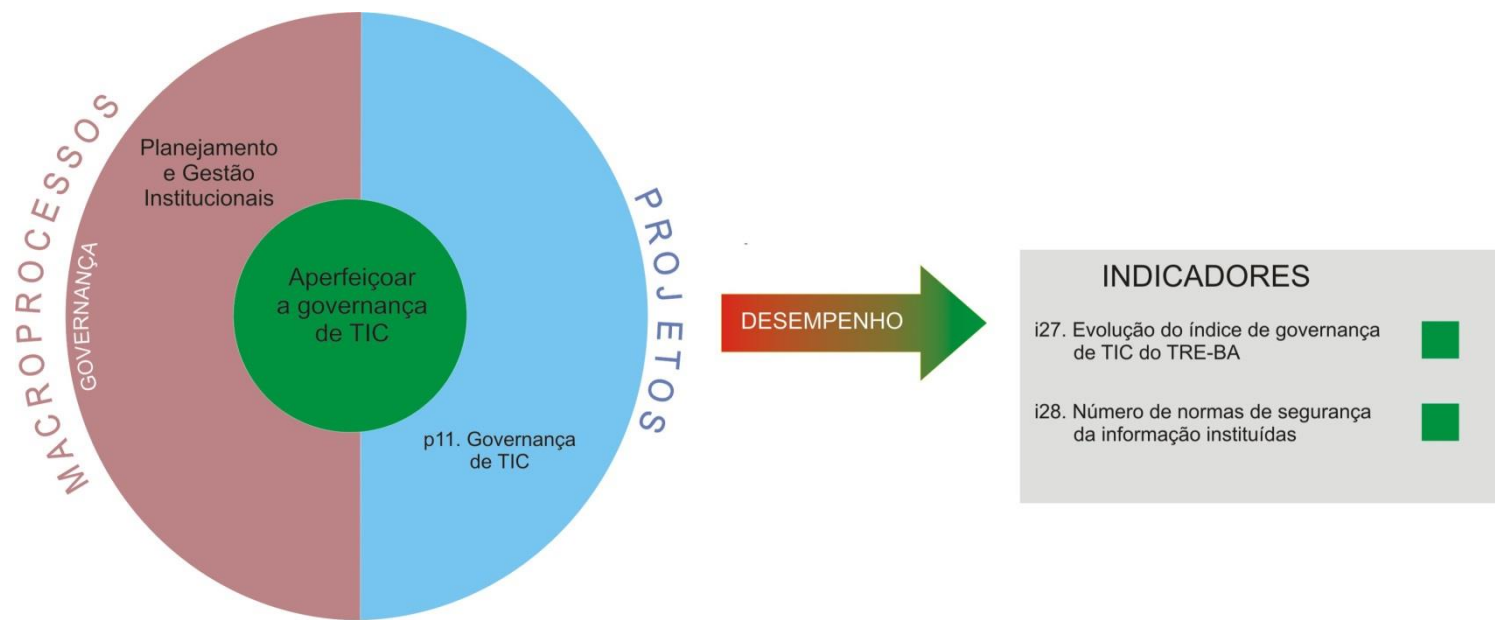
Justificativa
O indicador não foi mensurado no período, pois seus parâmetros dependem da aprovação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), cujo documento está para ser apreciado pela Presidência do TRE-BA, conforme as minutas de regulamentação do referido programa são objeto do PAD 15213/2017.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p6. PQVT Período: 2017.2 a 2023.1 PAD: 15.213/2017 Situação: Em andamento, com atrasos não considerados críticos.	O Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) compõe-se de cinco eixos, todos alinhados aos objetivos estratégicos do TRE-BA. Esta divisão do programa foi homologada na Reunião de Análise da Estratégia (RAE) ocorrida em 4/7/2018. Assim, os projetos serão executados de forma independente versando sobre os temas : Desenvolvimento, capacitação, valorização e reconhecimento do servidor, Organização humanizada do trabalho, Aprimoramento da comunicação interna; Condições ergonômicas no ambiente de trabalho e Prevenção de doenças e promoção de saúde. O acompanhamento dos projetos está o sendo realizado mediante os PADs nº13000/2018, 13002/2018, 13003/2018, 13004/2018 e 13005/2018, respectivamente.
 P24. Evolução da Maturidade dos Processos Período: 2017.1 a 2022.2 PAD: 8.995/2017 Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado.	Este Projeto comentado foi objeto de análise em item específico

LEGENDAS		
OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado	 Meta não alcançada	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
 Alcançado	 Meta alcançada	 Andamento normal, conforme planejado
 Em atenção	 Em atenção	 Com atrasos, não considerados críticos
 Não mensurado	 Não mensurado	 Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		 Projeto concluído
		 A iniciar

APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DE TIC



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Aperfeiçoar e consolidar conjunto de estruturas organizacionais e de processos que envolvam alta direção, as gerências de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e as gerências de negócios, nas tomadas de decisão sobre o uso de TIC para garantir o alinhamento entre as estratégias do TRE-BA e as operações das áreas de TIC e de negócio.

EXECUÇÃO

O objetivo estratégico está vinculado ao processo de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA). Para alavancar o alcance do objetivo, foi instituído o projeto estratégico Governança de TIC.

PRIORIDADES

- Instituir os normativos previstos no Questionário de Governança de TIC do CNJ e no Questionário de Governança do TCU
- Evoluir na adoção de práticas de governança de TIC
- Atingir o nível aprimorado em governança de TIC conforme Questionário do CNJ.

2018

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

Objetivo *Aperfeiçoar a Governança de TIC* apresentou desempenho excelente, superando as metas anuais estabelecidas para o exercício, com a conquista do nível "aprimorado" na avaliação do questionário de Governança, Gestão e Infraestrutura de TI do CNJ (iGovTic-JUD) e a implantação de sete normas de segurança da informação. Com relação às ações merece destaque a publicação do Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituído por meio da Resolução Administrativa nº 17/2018. Remanescem como questões a serem enfrentadas pelo órgão na área de TIC as seguintes: a insuficiência de técnicos de TI no quadro de servidores do Tribunal e a demanda cada vez mais frequente aos serviços da área.

DESAFIOS

- Atingir o nível de excelência em governança de TIC

INDICADORES

i27 - Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA

	2018			
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	0,71	0,71	0,71	0,71
Realizado	-	-	0,76	-

Justificativa

O indicador apresentou desempenho excelente, superando a meta anual de atingir o nível aprimorado de 0,71 na avaliação do questionário de governança de TIC do CNJ. Após a aferição, a meta foi superada, tendo o TRE-BA alcançado 0,76 pontos na referida avaliação. O resultado registrado decorreu do esforço direcionado, da priorização das ações em prol da evolução do grau de maturidade em governança e gestão de TIC, através da elaboração de planos de ação específicos, constantemente monitorados, criados e executados por diversas áreas do Tribunal, em especial pela área de TIC, focados, sobretudo, na criação de políticas, normas e definição de processos”.

i28 - Número de normas de segurança da informação implantadas

	2018			
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	1	1	1	1
Realizado*	0	7	7	7
Alcance da meta	0%	700%	700%	700%

*Resultado Acumulado

Justificativa

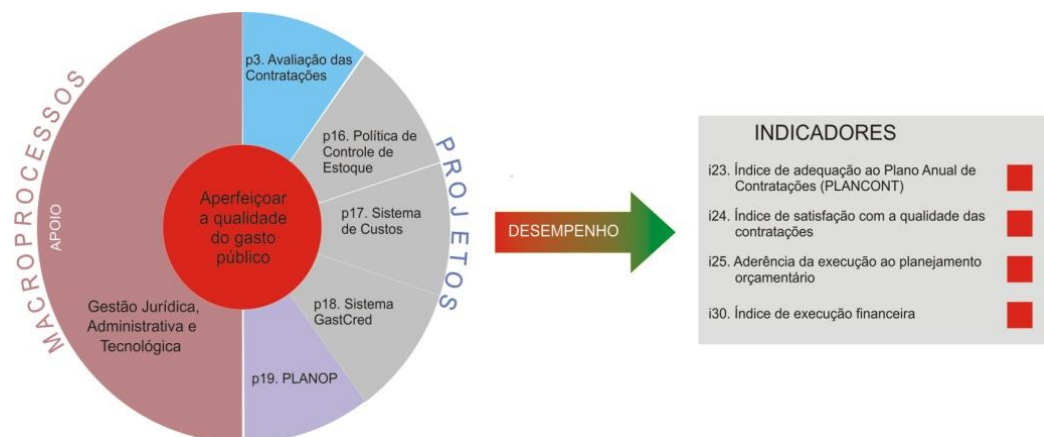
A meta estipulada para 2018 de implantar uma norma de segurança da informação (NSI) foi amplamente superada. Com efeito, até o momento foram editadas as seguintes NSIs: NSI-001 – Gestão de Incidentes em Segurança da Informação; NSI-002 – Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Controle de Acessos; NSI-003 – Controle de Acesso à Internet; NSI-004 – Acesso Remoto; NSI-005 – Serviço de Correio Eletrônico Institucional; NSI-006 – Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação; NSI-007 – Procedimentos de Backup e Recuperação de Dados.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p11. Governança de TIC <i>Período: 2016.2 a 2018.1</i> <i>PAD : 13.682/2016</i> <i>Situação: Concluído</i>	A entrega do projeto foi concretizada com a publicação da Resolução Administrativa nº 17, de 13 de junho de 2018, publicada no DJe de 15 de junho de 2018.

LEGENDAS		
OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado	 Meta não alcançada	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
 Alcançado	 Meta alcançada	 Andamento normal, conforme planejado
 Em atenção	 Em atenção	 Com atrasos, não considerados críticos
 Não mensurado	 Não mensurado	 Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		 Projeto concluído
		 A iniciar

APERFEIÇOAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Desenvolver metodologias, sistemas e práticas com vistas a alinhar o planejamento e a execução orçamentários às necessidades de recursos para o aperfeiçoamento da prestação dos serviços, cultura do uso racional, satisfatório e eficiente dos recursos, evitando o desperdício, bem como promover a qualificação do gasto.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foram instituídos os projetos estratégicos Avaliação das Contratações, Política de Controle de Estoque, Sistema de Custos, Sistema GastCred e PLANOP.
PRIORIDADES
Monitoramento constante das etapas do planejamento das contratações • Capacitar as unidades periodicamente acerca da elaboração de termos de referência e estudos preliminares • Estabelecer padrões de compra, consumo e gestão documental sustentáveis • Racionalizar compras de materiais de consumo • Avaliar a qualidade das contratações • Gerenciar custos • Controlar recebimento, movimentação de crédito e execução da despesa programada.

2019	ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	A consecução do Objetivo “Aperfeiçoar a Qualidade do Gasto Público” está associada ao desempenho do <i>Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações</i>, do <i>Índice de aderência da execução ao Planejamento Orçamentário</i>, do <i>Índice de satisfação com a qualidade das contratações</i> e do <i>Índice de Execução Financeira</i>, cujos indicadores associados não alcançaram as metas em 2018, sendo os principais empecilhos para o alcance do objetivo: • a ausência de compromisso do fornecedor com o cumprimento dos itens contratados; • Insuficiência de servidores, que compromete a observância do planejamento e • remanejamento de créditos que são efetuados entre as despesas durante o exercício para suplementação de despesas com previsão insuficiente ou para custeio de despesas não previstas. A partir de 2019, foi deliberado pelo Conselho de Governança a criação do indicador <i>Índice de Alcance das Metas do PLS 2018-2021</i> para medir a qualidade do gasto público relacionado ao uso racional de recursos utilizando, a princípio, os seguintes indicadores do PLS: consumo de Água, Energia Elétrica, Copos Descartáveis e Papel não reciclado (branco), que será mensurado a partir de 2019.
	DESAFIOS
	- Estabelecer plano operacional, em conformidade com as diretrizes estratégicas e refletido no plano orçamentário. - Fomentar a cultura organizacional de observância ao planejamento das contratações.

INDICADORES

i23 - Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)

2018					
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Anual
Meta	75%	75%	75%	75%	75%
Realizado	60,00%	45,45%	30,77%	0,00%	52,22%
Alcance da Meta	80%	61%	41%	0%	70%

Justificativa

O Índice não cumpriu a meta de 75% definida para o período, posto que das 90 contratações planejadas para o exercício de 2018, apenas 47 foram executadas, apresentando, assim, um resultado de 52,22%, abaixo, portanto da meta estipulada. Um dos fatores que influenciou negativamente o alcance da meta foram as desistências de algumas contratações constantes no plano.

i24 - Índice de satisfação com a qualidade das contratações

		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
2018	Meta Limpeza	60%	60%	60%	60%
	Realizado	-	-	-	67,72%
	Meta Restaurante	65%	65%	65%	65%
	Realizado	-	-	-	49,47%

Justificativa

O resultado do índice foi de 50%, tendo em vista que apenas um dos serviços avaliados na pesquisa alcançou o resultado esperado. Com efeito, a meta de 60% de satisfação com a qualidade dos serviços de limpeza foi superada, atingindo o resultado de 67,70%. Entretanto, a meta de satisfação com a qualidade do serviço de restaurante ficou aquém da meta de 65%, atingindo o patamar de 49,45%, em decorrência, principalmente, da necessidade de melhoria nas instalações, limpeza e variedade do cardápio.

i25 - Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	80%	80%	80%	80%
Realizado	63,90%	69,38%	77,37%	77,18%
Alcance da meta	79,88%	86,73%	96,71%	96,48%

*Resultado cumulativo

Justificativa

O indicador não atingiu a meta de 80%, alcançando um resultado de 77,18%, pouco abaixo do estabelecido. As dificuldades para o alcance da meta em sua maioria dizem respeito aos remanejamentos de créditos que são efetuados entre as despesas durante o exercício para suplementação de despesas com previsão insuficiente ou para custeio de despesas não previstas. Além disso, ao final do exercício de 2018 houve um aporte de crédito em Investimento no valor de R\$7.496.753,00, o que, apesar de ter representado uma oportunidade para que o TRE-BA adquirisse móveis, equipamentos de TI e veículos, implicou em redução e perda da aderência.

i30 - Índice de Execução Financeira

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	97,00%	97,00%	97,00%	97,00%
Realizado*	16,89%	38,55%	63,04%	87,61%
Alcance da meta	17,41%	39,74%	64,99%	90,32%

Justificativa

O Índice não atingiu a meta de 97% estabelecida para o exercício, alcançando o resultado de 87,61%. Dentre os fatores que influenciaram este resultado vale citar o não recebimento dos 730 conjuntos completos de computadores, dos 300 notebooks, de veículos, dentre os quais, caminhão, furgão, de passeio e utilitários, que representam, em termos de valores, a frustração de pagamento de R\$4.416.580,00. Caso essas despesas fossem realizadas no exercício de 2018, o percentual de execução alcançaria 96,36%.

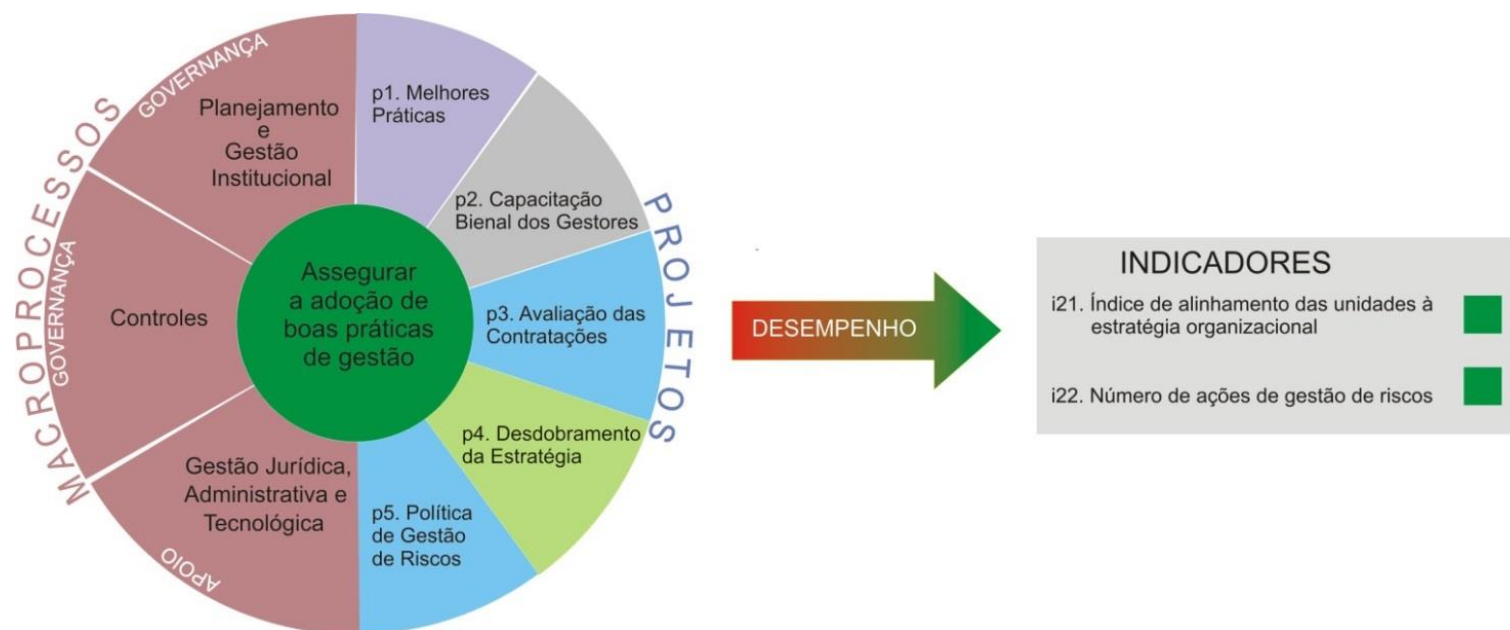
PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p20. Avaliação das Contratações Período: 2017.1 a 2018.1 PAD: 15.087/2016 Situação: Concluído	O projeto foi concluído com a publicação da Portaria do Diretor-Geral nº 103/2018, de 1º de agosto de 2018, que estabeleceu rotina de avaliação da qualidade dos serviços contratados no âmbito do TRE-BA, com o objetivo de identificar em quais aspectos os serviços contratados por este Tribunal podem ser aperfeiçoados.
 p16. Política de Controle de Estoque Período: 2020.2	A iniciar.
 p17. Sistema de Custos Período: 2021.1 a 2021.2	A iniciar.
 p18. Sistema GastCred Período: 2019.2	A iniciar.
 p19. PLANOP Período: 2019.1 a 2021.1	A iniciar.

LEGENDAS

OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado	 Meta não alcançada	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
 Alcançado	 Meta alcançada	 Andamento normal, conforme planejado
 Em atenção	 Em atenção	 Com atrasos, não considerados críticos
 Não mensurado	 Não mensurado	 Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		 Projeto concluído
		 A iniciar

ASSEGURAR A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Estabelecer políticas de gestão participativa que propiciem aos servidores e magistrados a adoção das melhores práticas de gestão dos processos de trabalho, da comunicação, do monitoramento da estratégia, de ferramentas de planejamento e de projetos.

EXECUÇÃO

O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA), Controles (GOVERNANÇA) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o resultado do objetivo foram instituídos os projetos estratégicos: “Melhores Práticas”, “Capacitação Bienal de Gestores”, Avaliação das Contratações”, “Desdobramento da Estratégia” e “Política de Gestão de Riscos”.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

Ampliar as ações para o Desdobramento da Estratégia nas Unidades do Tribunal • Instituir o Plano Estratégico Setorial de Gestão de Pessoas • Instituir o Sistema de gestão de riscos do TRE-BA e o manual de gestão de riscos • Disseminar práticas de Gestão de Riscos • Adotar práticas de gestão inovadoras • Compartilhar, identificar e catalogar boas práticas de gestão.

2019

ANALISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

O Objetivo Assegurar a Adoção de Boas Práticas de Gestão apresentou bom desempenho, tendo em conta a situação do *Índice de alinhamento das unidades à estratégia institucional*, que atingiu a meta de realizar o desdobramento da estratégia em três unidades. O indicador Número de ações de gestão de riscos, que também compõe este objetivo, conseguiu superar as metas propostas para o exercício. Remanescem algumas dificuldades relacionadas ao objetivo em comento, tais como: Limitações orçamentárias comprometem a implementação de boas práticas adotadas em outros órgãos e Insuficiência do quadro de servidores lotados na unidade responsável pelo gerenciamento de projetos e gestão de riscos do Tribunal

DESAFIOS

- Desdobrar o Planejamento Estratégico nas Zonas Eleitorais, CRE e SJU
- Ampliar o intercâmbio das boas praticas entre os Tribunais Eleitorais
- Promover cada vez mais, a desburocratização das atividades do Órgão.

INDICADORES

O desempenho do Objetivo Assegurar a adoção de boas práticas de gestão está associado aos indicadores *Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional* e *Número de ações de gestão de riscos*, conforme análise abaixo comentada

i22 - Número de ações de gestão de riscos

2018					
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta		2	2	2	2
Realizado*		0	2	3	18

Justificativa

O desafio consistiu em realizar 2 ações de disseminação da gestão de riscos em 2018. Após análise dos resultados, verificou-se que o indicador apresentou um excelente desempenho, contabilizando dezoito importantes ações para a implantação e disseminação da Gestão de Riscos no TRE-BA. O comprometimento da Alta Administração foi determinante para o bom desempenho do índice

Ações realizadas:

- *Workshop* de Governança e Gestão de Riscos, ministrado pelos servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB)
- Instituição do Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do TRE-BA, mediante a publicação da Resolução Administrativa nº 16, de 13 de junho de 2018.
- Publicação do Manual de Gestão de Riscos, mediante a Portaria do Presidente nº 368/2018, com posterior revisão pela Portaria do Presidente nº 556/2018.
- Realização de seis reuniões para apresentação do Manual de Gestão de Riscos e seis oficinas para orientar as unidades na elaboração do Plano de Tratamento de Riscos.
- Promoção de Campanha de Comunicação "Risque o Risco" e
- Capacitação: "Auditoria baseada em riscos" e "Implementação de controles internos".

I21 – Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional

2018					
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta		25%	50%	75%	100%
Realizado*		*	*	*	100%

*Meta: Finalizar SGA e SAU e desdobrar COPEG

Justificativa

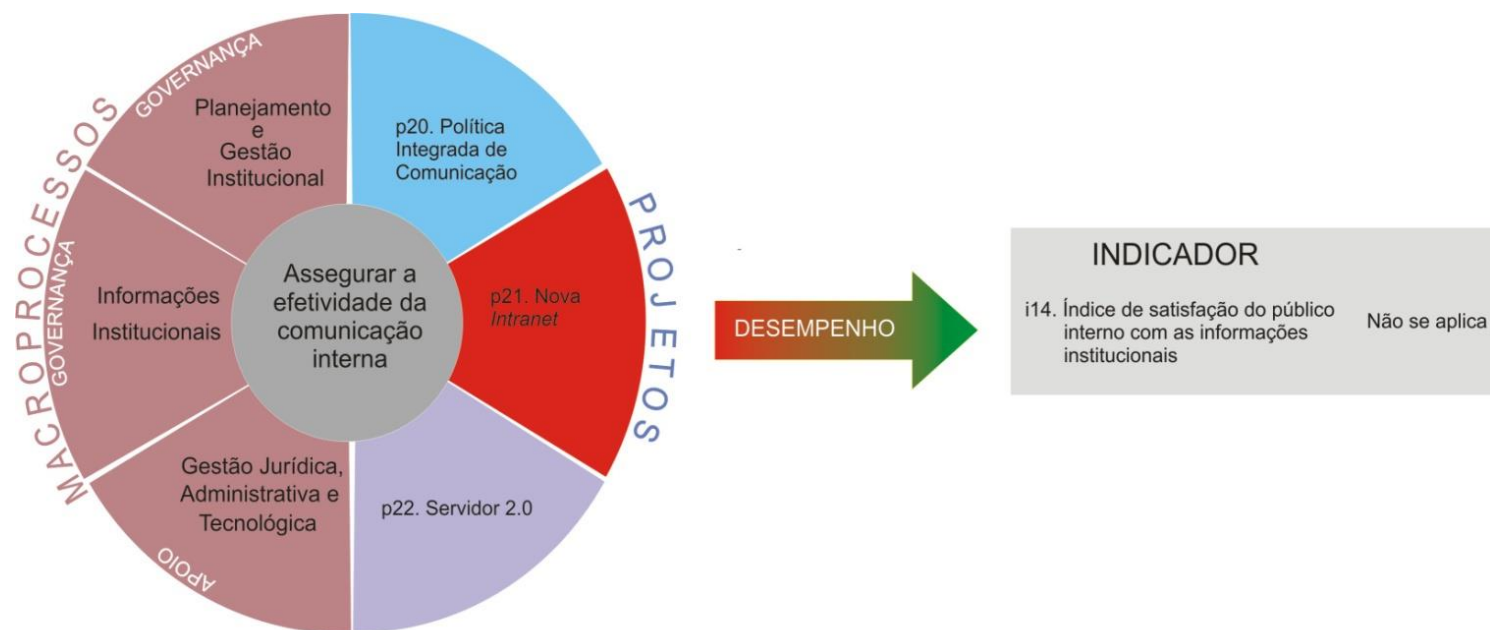
A meta do indicador *Índice de alinhamento das Unidades à estratégia organizacional* foi alcançada conforme demonstrado na tabela acima. O desafio consistiu em realizar, em 2018, o desdobramento da Estratégia na COPEG, bem como finalizar a iniciativa na Secretaria de Gestão Administrativa (SGA) e na Secretaria de Auditoria Interna (SAU). Cabe ressaltar a existência de dificuldades na execução do Projeto, principalmente, devido ao acúmulo de atividades nas unidades clientes o que prejudica o cumprimento do cronograma inicialmente previsto.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p4. Desdobramento da Estratégia Período: 2016.1 a 2021.2 PAD : 15.087/2016 Situação: Em andamento, conforme o planejado	Em 2018 foram entregues os painéis de contribuição da SGA, SAU e COPEG, composto por objetivos de contribuição, indicadores, metas e iniciativas setoriais desdobrados do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2016-2021. Os painéis resultaram de pesquisa com os gestores e de oficinas realizadas pela SEPLANE com as áreas priorizadas para o exercício. Ainda, em 2018, foi ampliado o escopo do projeto em relação ao desdobramento da estratégia na SGP, com a elaboração do Plano Estratégico Setorial da área. Ao final do exercício de referência, o Plano Estratégico Setorial da SGP foi instituído mediante Instrução normativa nº 9 de 18 de dezembro de 2018 e os painéis de contribuição foram validados pelos gestores, restando apenas a validação da Alta Administração do TRE-BA para que as atividades de monitoramento fossem formalmente iniciadas.
 p5. Política de Gestão de Riscos Período: 2017.1 a 2018.1 PAD: 15.662/2017 Situação: Concluído	Projeto finalizado com a publicação da Resolução Administrativa nº 16, de 13 de junho de 2018, instituindo o Sistema de Gestão de Riscos no âmbito do TRE-BA. Seu encerramento foi formalizado por meio do TEP e aprovado pela Presidência. Encontram-se publicadas na internet as lições aprendidas pela gerente durante sua execução.
 p1. Melhores Práticas (2019.1 a 2020.2)	O Projeto Melhores Práticas está previsto para 2019.1
 p2. Capacitação Bienal de Gestores (2020.1 a 2021.2)	O Projeto Capacitação Bienal de Gestores está previsto para 2020.1
 p20. Avaliação das Contratações Período: 2017.1 a 2018.1 PAD : 15.087/2016 Situação: Concluído	O Projeto Avaliação das Contratações foi concluído

LEGENDAS		
OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado	 Meta não alcançada	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
 Alcançado	 Meta alcançada	 Andamento normal, conforme planejado
 Em atenção	 Em atenção	 Com atrasos, não considerados críticos
 Não mensurado	 Não mensurado	 Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		 Projeto concluído
		 A iniciar

ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Fomentar a utilização de meios de comunicação e estratégias específicas para divulgar, entre as unidades, atividades, projetos e ações desenvolvidos em cada área, com o objetivo de torná-los mais efetivos.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA), Informações Institucionais (GOVERNANÇA) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foram instituídos os seguintes projetos estratégicos, Política Integrada de Comunicação, Nova Intranet e Servidor 2.0.
PRIORIDADES
Institucionalizar a Política de Comunicação Integrada • Criar agenda corporativa • Reformular a intranet do TRE-BA • Determinar a atualização periódica dos conteúdos da intranet.

2019	ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	O indicador <i>Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas</i> somente e mensurado em anos eleitorais, não sendo aplicado, portando, no exercício de 2018. Com relação aos projetos foi publicado o normativo que instituiu a Política de Comunicação Integrada do TRE-BA (Portaria n. 357/2018) e, também no segundo semestre de 2018 foi colocada à disposição a Nova Intranet do Tribunal, disponibilizando conteúdo com mais funcionalidades e facilitando o acesso do público interno às informações institucionais. Em relação à comunicação interna, cumpre ressaltar que remanescem como dificuldades para concretização do objetivo a sobrecarga de trabalho da unidade responsável pela atualização das informações na intranet e a dificuldade de desenvolver sistemas informatizados voltados a facilitar a comunicação interna.
	DESAFIOS
	- Definir rotinas para atualização periódica dos informativos contidos na internet - Aprimorar canais de comunicação interna, aumentando a integração entre as unidades.

INDICADORES

O desempenho do Objetivo Estratégico *Assegurar a efetividade da comunicação interna* é mensurado bienal, em anos não eleitorais, mediante a realização de pesquisa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas.

i14 - Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas

Justificativa

O indicador associado ao presente objetivo não é aplicado em anos eleitorais, razão pela qual não foi possível aferir a satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p20. Política Integrada de Comunicação Período: 2016.1 a 2018.1 PAD: 15.098/2016 Situação: Concluído	A iniciativa foi concluída com a finalização de sua 4ª etapa, correspondente à publicação da Portaria do Presidente nº 357, de 04 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política de Comunicação Integrada do TRE-BA.
 p21. Nova Intranet Período: 2017.1 a 2019.1 PAD: 9.499/2017 Situação: Problemas, necessário ajustar o curso da ação imediatamente;	No exercício de 2018, mesmo com atrasos em relação ao que foi inicialmente previsto, houve a conclusão das atividades de alteração da composição do COMINT e de desenvolvimento da nova Intranet do TRE-BA. Ocorreram prorrogações da previsão do encerramento do projeto, autorizadas nas RAE's de 22/8/2018 e 10/12/2018 - a data de encerramento, que era 2018.1, passou para 2019.1. Resta, para o fim dos trabalhos, capacitar os servidores do Tribunal em publicação e migração de conteúdo para a nova página virtual, e elaborar manual sobre o tema. O projeto encerrou o ano com risco crítico relacionado às entregas faltantes, pela não inclusão, na nova composição do COMINT, de servidor com conhecimentos técnicos necessários à realização destas entregas. Assim, foi solicitado à Presidência a inclusão de membro com tais competências ao comitê.
 p. Servidor 2.0 (2019.1 a 2021.2)	O Projeto servidor 2.0 será iniciado em 2019.1

LEGENDAS

OBJETIVOS

-  Não alcançado
-  Alcançado
-  Em atenção
-  Não mensurado

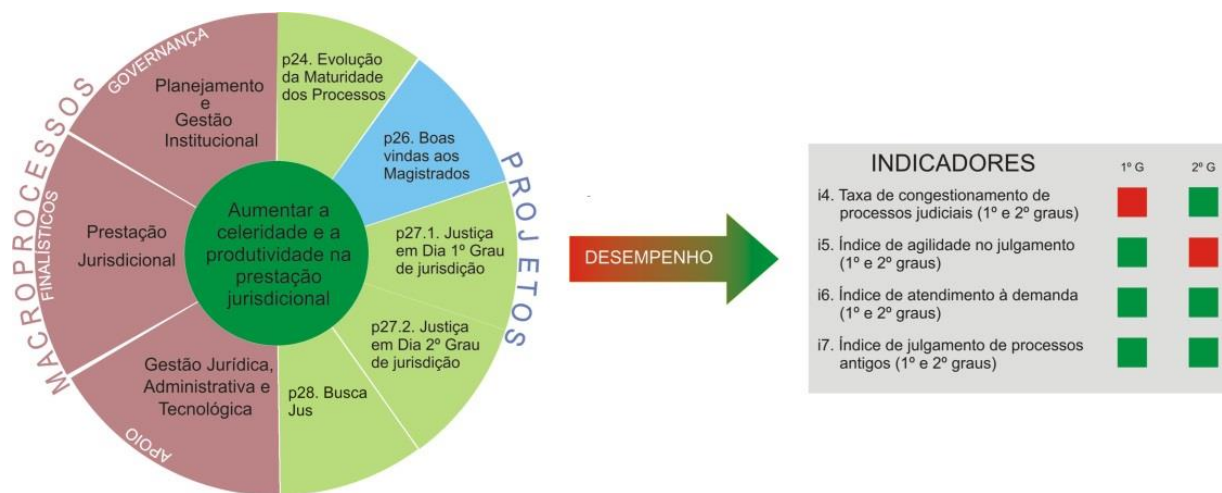
INDICADORES

-  Meta não alcançada
-  Meta alcançada
-  Em atenção
-  Não mensurado

PROJETOS

-  Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
-  Andamento normal, conforme planejado
-  Com atrasos, não considerados críticos
-  Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
-  Projeto concluído
-  A iniciar

AUMENTAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Garantir prestação jurisdicional efetiva e ágil, preservando a segurança jurídica e procedimental na tramitação dos feitos judiciais eleitorais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores, a fim de assegurar o princípio constitucional da duração razoável do processo.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA), Prestação Jurisdicional (FINALÍSTICOS) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foram instituídos os projetos estratégicos Evolução da Maturidade dos Processos, Boas Vindas aos Magistrados, Justiça em Dia (1º e 2º graus) e Busca Jus.
PRIORIDADES
Melhorar continuamente o processo de prestação jurisdicional e informatizar processos judiciais • Catalogar e tornar acessível a jurisprudência • Priorizar o atendimento às demandas do 1º grau de jurisdição • Identificar e equacionar sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais • Estabelecer rotina de ambientação de novos magistrados e capacitar magistrados e servidores continuamente.

2019	ANALISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	A melhoria do desempenho do TRE-BA na prestação jurisdicional constituiu uma das prioridades da gestão, tanto para o 1º quanto para o 2º graus de jurisdição, destinando-se recursos orçamentários relacionados para realização de mutirões de força-tarefa correicionais, bem como prestação de serviço extraordinário, de modo que se obteve um excelente desempenho, conforme resultados dos indicadores associados ao presente objetivo estratégico constantes da tabela ao lado. Remanescem algumas dificuldades com o indicador relacionado à taxa de congestionamento no 1º grau de jurisdição, especialmente em razão de: • Quadro reduzido de servidores • Excesso de atribuições advindos das atividades próprias do calendário eleitoral e do cadastramento biométrico • Limitações orçamentárias
	DESAFIOS
	• Promover constante capacitação dos servidores e dos magistrados na área judiciária • Realizar o desdobramento da estratégia na Zonas Eleitorais, SCR e SJU • Implnatar o processos judicial eletrônicas no 1 grau de jurisdição.

INDICADORES - – 1º e 2º grau

O desempenho do Objetivo Estratégico *Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional* no 1º e 2º graus de jurisdição é medido mediante a análise dos seguintes indicadores: *Taxa de congestionamento de processos judiciais, Índice de agilidade no julgamento, Índice de atendimento à demanda e Índice de julgamento de processos antigos.*

i4 - Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau

2018				
	1º Trim*	2º Trim*	3º Trim	4º Trim
Meta	20%	20%	20%	20%
Realizado*	59,83%	27,42%	8,05%	4,03%

Justificativa

A Taxa de congestionamento do segundo grau de jurisdição alcançou em 2018 o patamar de 4,03%, apresentando um excelente resultado em relação ao ano de 2017, quando foi registrado o índice de 13,66% de congestionamento. A baixa do estoque de processos anterior ao período eleitoral, o julgamento de 100% do acervo de registro de candidatura e o julgamento de quase 90% dos processos da propaganda eleitoral contribuiu para superar a meta em 15,97 pontos percentuais. Atentando-se para o fato de que, neste caso, quanto menor o índice, maior o desempenho processual, o *status* do indicador foi classificado como “ótimo”, tendo em vista que, até o final do exercício, a meta é atingir o resultado de 20%.

i5 - Índice de agilidade no julgamento – 2º grau

	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	98%	98%	98%	98%
Realizado*	87,50%	85,51%	98,57%	97,19%
Alcance da meta anual	89,29%	87,26%	100,58%	99,17%
2018				

Justificativa

O índice alcançou o resultado de 97,19%, ficando pouco abaixo da meta de 98%. O julgamento de grande quantitativo de casos novos permitiu atingir percentual bem próximo da meta, todavia, determinadas classes processuais têm rito procedimental que demanda várias etapas até o julgamento do processo, dificultando o desempenho do indicador. O julgamento, no final do exercício, de quantitativo relevante de processos de acervo anterior também impactou negativamente no atingimento da meta estabelecida.

i6 - Índice de atendimento à demanda – 2º grau

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	102%	102%	102%	102%
Realizado*	108,89%	126,41%	82,94%	108,69%
Alcance	106,75%	123,93%	81,31%	106,56%

*Resultados acumulados

Justificativa

Este índice se propõe a medir a capacidade de atendimento à demanda processual da Justiça Eleitoral da Bahia, fixando o objetivo a ser alcançado no ano em curso de atender 102% da demanda processual. Assim, apurados os resultados em 2018 o desafio proposto foi superado, tendo em vista o percentual de 108,52% de atendimento à demanda no período de referência.

i7 - Índice de Julgamento de processos antigos – 2º grau

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	90%	90%	90%	90%
Realizado*	100%	105%	109%	110,56%
Alcance da meta anual	111,11%	116,67%	121,11%	122,84%

* Resultados acumulados

Justificativa

O indicador se propõe a medir o percentual de processos antigos do acervo baixados até o final do exercício, no segundo grau. Foi estipulada como meta, no exercício de 2018, julgar ao menos 90% dos processos antigos distribuídos antes dos dois anos anteriores ao exercício de referência. Apurados os resultados de 2018, o desafio proposto foi superado, tendo sido atingido o percentual de 110,564%. O excelente desempenho deveu-se ao monitoramento constante do acervo processual e à fluência nos julgamentos.

INDICADORES – 1º grau**i4 - Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau**

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	30%	30%	30%	30%
Realizado*	38,74%	33,79%	28,52%	35,15%

Justificativa

Salientando-se que para a taxa de congestionamento, quanto menor o valor, melhor o resultado, o índice não alcançou a meta de 30%, atingindo o resultado de 35,15%, principalmente em decorrência da realização das Eleições 2018, da concentração de esforços nas revisões biométricas e da carência de servidores no quadro das zonas eleitorais.

i5 - Índice de agilidade no julgamento – 1º grau

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	35%	35%	35%	35%
Realizado*	36,52%	40,96%	77,45%	75,02%
Alcance da meta anual	104,34%	117,03%	221,29%	214,34%

Justificativa

Com relação ao *Índice de agilidade no julgamento*, que considera o total de processos judiciais finalizados com prazo de tramitação inferior a um ano, o desempenho foi excelente, superando em 40,029% a meta anual prevista de 35% na agilidade do julgamento de processos de 1º grau no exercício de 2018.

i6 - Índice de atendimento à demanda – 1º grau

018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	102%	102%	102%	102%
Realizado*	335,12%	184,74%	184,61%	140,50%
Alcance da meta anual	328,55%	181,12%	180,99%	137,52%

* Resultado acumulado

Justificativa

Em relação ao *Índice de atendimento à demanda*, cuja meta para 2018 é atender a 102% da demanda processual, verificou-se que o resultado alcançado em 2018 foi de 140,27% superando a meta anual determinada.

i7 - Índice de Julgamento de processos antigos – 1º grau

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	90%	90%	90%	90%
Realizado*	98%	106%	108%	109,44%
Alcance da meta anual	108,89%	117,78%	120,00%	121,11%

Justificativa

Quanto ao *índice de julgamento de processos antigos*, que se dispõe a medir o percentual de processos antigos do acervo baixados até o final do exercício, no primeiro grau, foi estipulado como meta, no exercício de 2018, julgar ao menos 90% dos processos antigos distribuídos antes dos dois anos anteriores ao exercício de referência. O excelente desempenho de 109,44% demonstra a superação da meta em 19,77 pontos percentuais.

PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p27.1 JUSTIÇA EM DIA - 1º GRAU Período: 2017.1 a 2021.2; PAD : 10.180/2018; Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	O projeto p27. Justiça em Dia foi separado para conter ações específicas ao 1º e ao 2º graus de jurisdição, conforme aprovado na RAE de 4/7/2018, fazendo surgir o “p27.1 Justiça em Dia – 1º Grau” e o “p27.2 Justiça em dia - 2º Grau”. O projeto relacionado ao 1º grau encerrou o exercício em conformidade com o que foi planejado, realizando força tarefa para auxiliar no julgamento de processos nas regiões de Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus. Estas duas últimas regiões foram acrescentadas ao planejamento inicial.
 p27.2 Justiça em Dia Período: 2017.1 a 2021.2 PAD : 10.194/2018 Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	O planejamento para o exercício foi cumprido, com a realização de todas as entregas previstas para o ano. Visando o julgamento tempestivo dos processos oriundos do registro de candidatura e da prestação de contas, foram concluídas atividades relacionadas à preparação de ambiente de trabalho, formação e capacitação de equipe de trabalho temporária para auxiliar a SJU, treinamento e suporte a partidos políticos e julgamento dos processos priorizados pela iniciativa.
 p28. Busca Jus Período: 2018.1 a 2019.1 PAD : 3.984/2018 Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	Na RAE de 10/12/2018 foi deliberada a prorrogação do encerramento do projeto, de 2018.2 para 30/1/2019, razão pela qual o status do andamento do projeto, ao final do exercício de referência deste relatório, foi considerado sem atrasos. Antes desta alteração, estavam previstos para serem entregues em 2018 o Boletim de Jurisprudência Mensal do TRE/BA, a rotina de envio de pesquisa da jurisprudência dos Tribunais Superiores e do TSE sobre os temas da pauta de julgamento do TRE/BA e o Manual de Pesquisa de Jurisprudência no sistema SJUR. Nenhuma das entregas foi concretizada no exercício, mas todas foram iniciadas e encaminhadas para conclusão no início de 2019.
 p24. Evolução da Maturidade dos Processos Período: 2017.1 a 2022.2	Este projeto foi objeto de análise em item específico.
 p26. Boas Vindas aos Magistrados Período: 2016.1 a 2017.1	Este projeto Concluído.

LEGENDAS

OBJETIVOS

-  Não alcançado
-  Alcançado
-  Em atenção
-  Não mensurado

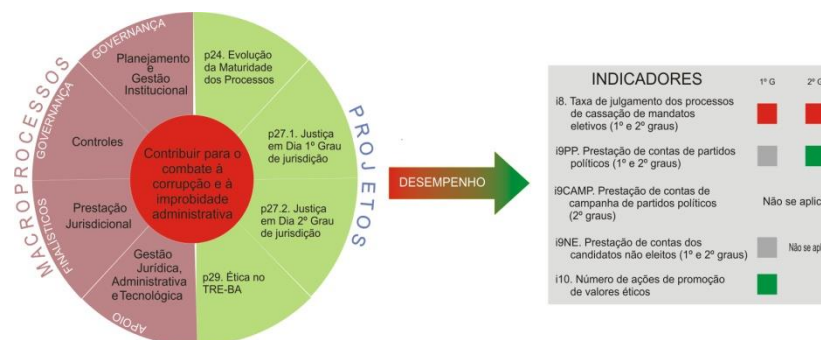
INDICADORES

-  Meta não alcançada
-  Meta alcançada
-  Em atenção
-  Não mensurado

PROJETOS

-  Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
-  Andamento normal, conforme planejado
-  Com atrasos, não considerados críticos
-  Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
-  Projeto concluído
-  A iniciar

CONTRIBUIR PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – 1º e 2º GRAUS



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Conjunto de atos que visem à lisura do processo eleitoral e à persecução dos crimes eleitorais, priorizando a tramitação dos feitos judiciais que tenham por objeto a prestação de contas eleitorais, a cassação do diploma ou do mandato, decorrente de ato de corrupção, e a decretação de inelegibilidade. Assegurar, ainda, a probidade dos servidores deste Tribunal, divulgando e aplicando as regras do Código de Ética e aprimorando os mecanismos de controles internos.

EXECUÇÃO

O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA), Controles (GOVERNANÇA), Prestação Jurisdicional (FINALÍSTICA) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foram instituídos os projetos estratégicos Ética no TRE-BA, Justiça em Dia – 1º Grau, Justiça em Dia – 2º Grau e Evolução da Maturidade dos Processos.

PRIORIDADES

Identificar e equacionar sobrecarga de processos de prestação de contas • Aperfeiçoar continuamente mecanismos de controles internos • Monitoramento constante da tramitação das ações judiciais • Criação de grupo de trabalho para auxiliar na análise das prestações de contas • Promover campanhas para divulgação do Código de Ética dos Servidores da Justiça Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3, de 17/05/2017) • Atendimento às metas fixadas pelo CNJ quanto ao julgamento de processos prioritários.

2018

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

A análise deste objetivo leva em consideração os indicadores *Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo* (1º e 2º graus), *Prestação de contas dos candidatos não eleitos* – i9NE (1º e 2º graus), *Prestação de contas de partidos políticos* – i9PP (1º e 2º graus), *Prestação de contas de campanha de partidos políticos* - i9CAMP (2º grau) e *Número de ações de promoção de valores éticos*. O baixo resultado do *Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo no 1º e 2º graus* prejudicou alcance deste objetivo mesmo com bom desempenho dos indicadores *Prestação de contas de partidos políticos no 2º grau* e *Número de ações de promoção de valores éticos*. Os indicadores associados ao objetivo referentes ao tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo vêm tendo desempenho abaixo das metas fixadas, nos últimos exercícios. Isto se deve, especialmente, em razão dos seguintes fatores: • Legislação favorece que os atos processuais sejam postergados e que sejam interpostos diversos recursos das decisões judiciais • Insuficiência do quadro de servidores para análise das prestações de contas e atuação nos processos judiciais.

DESAFIOS

• Implantar a Correição Virtual, a fim de agilizar a tramitação das ações judiciais nas Zonas Eleitorais; • Implantar o Processo Judicial Eletrônico no 1º Grau de Jurisdição

INDICADORES

i8 - Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo 1º GRAU

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	75%	75%	75%	75%
Realizado	48,66%	30,05%	12,20%	2,39%
Alcance da meta anual	-	40,07%	16,27%	3,19%

Justificativa

O índice não alcançou a meta de 75%, atingindo o resultado de 2,39%, principalmente em decorrência da realização das Eleições 2018, da concentração de esforços nas revisões biométricas e da carência de servidores no quadro das zonas eleitorais. Além disso, as peculiaridades da instrução de processos que implicam em cassação de mandato eletivo, porquanto nada raro é necessário ultimar a oitiva de testemunhas, produção de prova pericial, bem como o julgamento de incidentes processuais.

i8 - Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo – 2º grau

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	75%	75%	75%	75%
Realizado	-	36,76%	33,33%	52,97%
Alcance da meta anual	-	49,01%	44,44%	70,63%

Justificativa

O índice não alcançou a meta de 75%, atingindo o resultado de 52,97%, principalmente em decorrência da existência de acervo relevante de processos autuados em exercícios anteriores com tempo de tramitação acima dos parâmetros definidos pela Meta Específica 1 do CNJ.

i9 - Prestações de contas de partidos políticos (i9PP) e Prestação de contas de candidatos Não Eleito

Justificativa

Este indicador não está sendo mensurado tendo em vista que, segundo a SCR, unidade gestora, ao consultar a STI sobre a rotina de extração de dados dos indicadores, foi informada que só é possível extrair os dados da classe “Prestação de Contas”, não havendo parâmetros, no sistema SADP, que possibilite a separação por “subclasses”: candidato, partido político ordinário e partido político de campanha, impossibilitando a medição dos indicadores Prestação de contas dos candidatos não eleitos (i9NE) e Prestação de contas de partidos políticos (i9PP), conforme deliberado na RAE de 2017. Durante o exercício de 2018 foram envidados esforços para solucionar o problema, porém, sem tempo hábil para mensuração ainda 2018. À vista disso, o Conselho de Governança do TRE-BA deliberou, na III RAE (10.12.2018) que, a partir de 2019, será realizado o monitoramento das prestações de contas, no 1º grau, de candidatos não eleitos (iNE) e partidos políticos ordinário e de campanha (i9PP), sem contudo, estabelecer metas para 2019, tendo em vista a necessidade de conhecer o histórico de julgamento deste processos. A meta para 2020 deverá ser fixada após a primeira mensuração referente a 2019.

i9 - Prestações de contas de partidos políticos (i9PP) - 2º grau

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	42%	42%	42%	42%
Realizado*	18,18%	38,38%	55,56%	91,92%
Alcance da meta anual	43,29%	91,38%	132,29%	218,86%

Justificativa

O indicador apresentou desempenho excelente, ultrapassando a meta anual de 42% com um total de 91,92% de julgamento de contas de partido política no âmbito do 2 grau de jurisdição.

i9 - Prestações de contas de campanha de partidos políticos (i9CAMP)**i9 - Prestações de contas dos candidatos não eleitos (i9NE) - 2º grau****Justificativa**

Os indicadores Prestações de contas de campanha de partidos políticos (i9CAMP) e - Prestações de contas dos candidatos não eleitos (i9NE) não são aplicáveis em 2019, tendo em vista que a análise das prestações de contas deve se dar posteriormente ao pleito das Eleições Gerais.

i10 - Número de ações de promoção de valores éticos

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	2	2	2	2
Realizado*	1	4	5	6
Alcance da meta anual	50%	200%	250%	300%

Justificativa

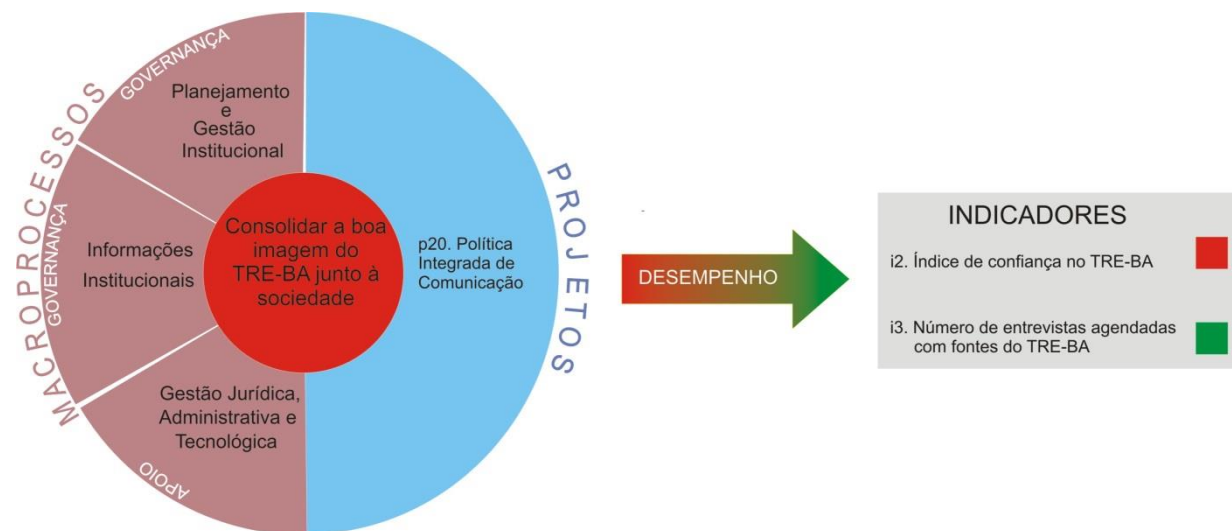
O indicador apresentou um excelente desempenho com 6 ações de promoção de valores éticos executadas no exercício, ultrapassando a meta de duas ações proposta para o período. Além disso, mostra-se um alcance de 300% da meta estabelecida. A comissão de ética informa que facilitou o alcance da meta "o compromisso dos membros da comissão permanente de ética, bem como a colaboração das unidades parceiras". Como dificuldade encontrada, foi mencionado "o envolvimento dos membros da comissão permanente de ética nos trabalhos desenvolvidos em outras comissões, na unidade de lotação e nas atividades relativa as eleições." Avaliando o desempenho do indicador com relação à meta proposta, a comissão pontuou que "o desempenho alcançado em relação ao indicador revela-se bastante satisfatório, considerando a superação da meta fixada para este exercício". Ações: 1 - evento "Conversando sobre ética" (SAU); 2 - e-mail no dia Nacional da Ética; 3 - curso sobre Ética ofertado pela EFAS; 4 - envio de mensagens eletrônicas quinzenais contendo excertos do Código de Ética do TRE/BA; 5 - veiculação do "informativo "Ética nas Eleições", encaminhado por email aos servidores e estagiários deste Regional. 6 - divulgação de cartazes de conscientização na sede do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais da capital.

PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p29. Ética no TRE-BA Período: 2017.2 a 2020.2 PAD: 10.985/2017 Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado.	Após sucessivas mudanças de titularidade da presidência da Comissão Permanente de Ética, com a última titular sendo designada pela Portaria nº 377, de 17 de julho de 2018, o PGP do projeto foi elaborado e encaminhado à SEGEPRO, contemplando cronograma previsto para encerramento, inicialmente previsto para 2018.2, em dezembro de 2020. A prorrogação prevista no PGP foi homologada na RAE de 10/12/2018. No exercício de 2018, o projeto divulgou informes acerca das previsões do Código de Ética relacionadas diretamente às Eleições, e realizou, com a participação da ASCOM, divulgação da nova composição da Comissão de Ética, visando direcionar consultas e dúvidas acerca do Código de Ética do Tribunal. No encerramento do exercício, o cronograma do projeto encontrava-se em andamento normal, prevendo, no entanto, riscos atinentes a não disponibilidade orçamentária para realização de Palestras sobre o tema, e ao cumprimento dos prazos previstos para conclusão de ações futuras, pelo envolvimento dos integrantes da Comissão em outros grupos de trabalho, e pela situação semelhante em que se encontram outras unidades envolvidas nas ações planejadas.
 p27. Justiça em Dia – 1º Grau Período: 2017.1 a 2021.2 PAD: 10.180/2018 Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	O projeto p27. Justiça em Dia foi separado para conter ações específicas ao 1º e ao 2º graus de jurisdição, conforme aprovado na RAE de 4/7/2018, fazendo surgir o “p27.1 Justiça em Dia – 1º Grau” e o “p27.2 Justiça em dia - 2º Grau”. O projeto relacionado ao 1º grau encerrou o exercício em conformidade com o que foi planejado, realizando força tarefa para auxiliar no julgamento de processos nas regiões de Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus. Estas duas últimas regiões foram acrescidas ao planejamento inicial.
 p27. Justiça em Dia – 2º Grau Período: 2017.1 a 2021.2 PAD: 10.194/2018; Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	O planejamento para o exercício foi cumprido, com a realização de todas as entregas previstas para o ano. Visando o julgamento tempestivo dos processos oriundos do registro de candidatura e da prestação de contas, foram concluídas atividades relacionadas à preparação de ambiente de trabalho, formação e capacitação de equipe de trabalho temporária para auxiliar a SJU, treinamento e suporte a partidos políticos e julgamento dos processos priorizados pela iniciativa.
 p24. Evolução da Maturidade dos Processos (2017.1 até 2022.2)	Este projeto foi objeto de análise em item específico.

LEGENDAS		
OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado	 Meta não alcançada	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
 Alcançado	 Meta alcançada	 Andamento normal, conforme planejado
 Em atenção	 Em atenção	 Com atrasos, não considerados críticos
 Não mensurado	 Não mensurado	 Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		 Projeto concluído
		 A iniciar

CONSOLIDAR A BOA IMAGEM DO TRE-BA JUNTO À SOCIEDADE



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Assegurar a compreensão, pela sociedade, do funcionamento do processo eleitoral em todas as suas etapas, enfatizando a segurança da urna eletrônica. Proporcionar transparência nas informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do TRE-BA, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.

EXECUÇÃO

O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA), Informações Institucionais (GOVERNANÇA) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foi instituído o projeto estratégico, cuja execução, também contribui para o alcance do objetivo. Política Integrada de Comunicação.

PRIORIDADES

- Disponibilizar informações institucionais de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade
- Institucionalização da Política de Comunicação Integrada
- Cumprimento das determinações da Resolução CNJ nº 265, de 09/10/2018
- Realização de campanhas de esclarecimento à sociedade relativamente ao papel da Justiça Eleitoral e ao funcionamento da urna eletrônica.

2019

ANÁLISE DE DESEMPENHO OBJETIVO

A credibilidade no processo eleitoral sofreu impacto, que foi refletido nos resultados do indicador “índice de confiança no TRE-BA”, especialmente em razão de: Veiculação das *fake news*, disseminadas rapidamente nas redes sociais, suscitando suspeitas acerca da segurança do processo de votação eletrônica • O recadastramento biométrico também influenciou o resultado da pesquisa, tendo em vista a elevação no tempo de espera para atendimento pelo cidadão. Cabe ressaltar que Limitações orçamentárias e de pessoal dificultaram a realização de campanhas com um alcance mais abrangente à sociedade. Nesse sentido, a partir de 2019, o Planejamento Estratégico, recepcionou a meta específica da Justiça Eleitoral, aprovada pela sociedade, que consiste promoção de Campanhas voltadas ao eleitor para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo Eleitoral.

DESAFIOS

- Ampliar a promoção de campanhas voltadas ao esclarecimento do eleitor quanto à segurança do processo eleitoral e às competências da Justiça Eleitoral
- Ampliar a capacidade de atendimento ao público deste regional, especialmente tendo em vista a revisão biométrica do eleitorado em curso
- Cumprimento da Meta específica 2 da Justiça Eleitoral.

INDICADORES

O desempenho do Objetivo Estratégico *Consolidar a Boa imagem do TRE-BA Junto a Sociedade* é avaliado mediante o desempenho dos indicadores *Índice de Confiança no TRE-BA* e *Número de entrevistas agendadas com fonte do TRE-BA*, conforme análise abaixo.

i2 - Índice De Confiança no TRE-BA

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	65%	65%	65%	65%
Realizado*	-	-	63,21%	-
Alcance	-	-	97,25%	-

*Resultado Acumulativo

Justificativa

O índice de confiança atingiu o patamar de 63,21%, pouco abaixo da meta de 65%. Os motivos que mais expressaram causas de desconfiança estão relacionados ao atendimento ao público com 26,8% e à suspeição da urna eletrônica com 22,5%. Com relação à desconfiança do atendimento ao público, este alto índice é decorrente das grandes filas resultantes da revisão biométrica extraordinária ocorrida no ano de 2017.

O sistema eletrônico de votação também apareceu na pesquisa como motivo de desconfiança para 39,4% (22,5% desconfiam da urna e 16,9% da apuração), o que demonstra existir margem para a Justiça Eleitoral trabalhar no esclarecimento do eleitorado sobre a segurança do sistema, mediante campanhas e pesquisas específicas sobre o tema.

i3 – Número de entrevistas agendadas com fonte do TRE-BA

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	250	250	250	250
Realizado	79	116	172	288
Alcance	31,60%	46,40%	68,80%	115,20%

Justificativa

Verifica-se que foram realizadas 288 entrevistas, ultrapassando a meta estabelecida em 115,20% de cumprimento do quanto estabelecido para o período. A maior demanda por entrevistas no período eleitoral contribuiu para o excelente resultado.

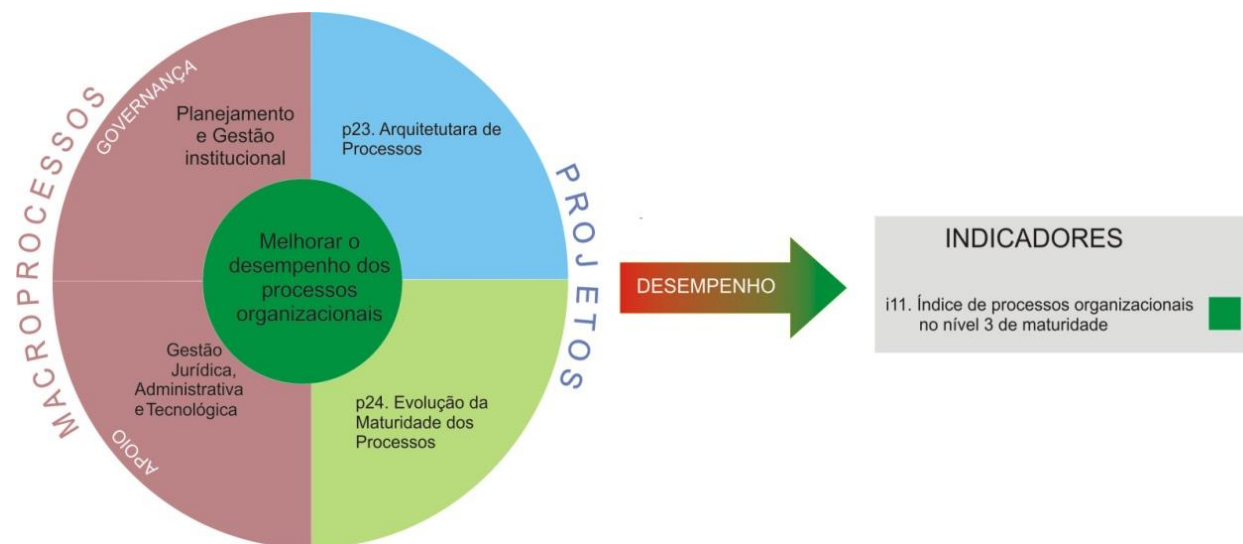
PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p20. Política Integrada de comunicação Período: 2016.1 a 2018.1 PAD 15.098/2016 Situação: Concluído	A iniciativa foi concluída com a publicação da Portaria do Presidente nº 357, de 04 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política de Comunicação Integrada do TRE-BA, com vistas a garantir a transparência das ações e consolidar a boa imagem do TRE-BA junto a sociedade..

LEGENDAS

OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado  Alcançado  Em atenção  Não mensurado	 Meta não alcançada  Meta alcançada  Em atenção  Não mensurado	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente  Andamento normal, conforme planejado  Com atrasos, não considerados críticos  Iniciado em 2019.1, em relação de PGP  Projeto concluído  A iniciar

MELHORAR O DESEMPENHO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Maximizar a qualidade das entregas organizacionais e minimizar o uso dos recursos para atender seus clientes internos e externos.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA) e Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo foram instituídos os projetos estratégicos Arquitetura de Processos e Evolução da Maturidade dos Processos.
PRIORIDADES
• Promover o mapeamento de, ao menos, 4 macroprocessos no eixo Governança, da Cadeia de Valor • Ajustar o projeto “Evolução na Maturidade dos Processos”, atendendo às determinações dos órgãos de controle interno e externos.

2018	ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	O desafio <i>Melhorar o desempenho dos processos organizacionais</i> obteve êxito com a concretização das metas de mapear 4 processos: <i>Executar ações de auditoria interna, Planejar e gerenciar correição, Planejar e gerenciar prestação de contas de gestão e Divulgação das políticas e normativos internos para a sociedade</i> definidos no cronograma do projeto p24. Evolução da maturidade dos processos que compõem o eixo de Governança na Cadeia de Valor do TRE-BA. Vale ressaltar que será dada continuidade ao mapeamento dos processos de trabalho, e no exercício de 2019 será dada prioridade aos processos finalísticos. Ressalte-se que remanescem dificuldades a serem superadas no projeto, tais como: • Incipiência da cultura organizacional quanto à gestão de processos • Limitação de servidores que atuam na unidade responsável pelo mapeamento de processos e gestão da qualidade • Sobrecarga das atividades operacionais nas unidades.
	DESAFIOS
	• Capacitar gestores para procederem ao mapeamento de processo de trabalho; • Envolver gestores e servidores na utilização do mapeamento como ferramenta para melhoria do desempenho; • Ampliar a oferta de sistemas informatizados com base no resultado do mapeamento realizado.

INDICADORES

i13 - Índice de processos organizacionais no nível 3 de maturidade

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta*	100%	100%	100%	100%
Realizado**	25%	25%	25%	100%

*Mapear 4 Processos

**Valores acumulados

JUSTIFICATIVA

O indicador alcançou a meta estabelecida, tendo sido mapeados os 4 processos definidos no cronograma do projeto p24. Evolução da maturidade dos processos que compõem o eixo de Governança na Cadeia de Valor do TRE-BA. Um dos fatores que viabilizou o alcance da meta foi a participação das áreas responsáveis pelos processos a serem mapeados. Entretanto, a seção de mapeamento não consegue atender todas as novas atribuições da Unidade, tendo em vista que foram acrescentadas à Unidade as atividades do núcleo de governança na reestruturação ocorrida em 2018. Em 2019, será realizado um trabalho para conscientizar as unidades sobre a importância do mapeamento de processos como uma ferramenta de gestão.

PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p24. Arquitetura de Processos (2016.1 a 2016.2).	Projeto concluído.
 p23.Evolução da Maturidade dos Processos Período: 2017.1 a 2022.2 PAD: 8.995/2017 Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	Conforme informado na RAE de 10/12/2018, foi alterada a metodologia do projeto durante o exercício de 2018, que passou a prever a capacitação das unidades de apoio à governança, especialmente os gabinetes das Secretarias, quanto à gestão e o mapeamento dos processos, visando o aperfeiçoamento da governança e tratamento dos riscos de suas respectivas áreas. O cronograma deste exercício foi cumprido, conforme o planejado, com o mapeamento dos processos relacionados a “Executar ações de auditoria interna”, “Planejar e Gerenciar Prestação de Contas da Gestão”, “Planejar e Gerenciar Correição” e “Divulgação das Políticas e Normativos Internos para a Sociedade”. Todos os manuais referentes aos processos mapeados em 2018 foram publicados no site do TRE-BA, na área de Transparência, Governança e Gestão.

LEGENDAS

OBJETIVOS

-  Não alcançado
-  Alcançado
-  Em atenção
-  Não mensurado

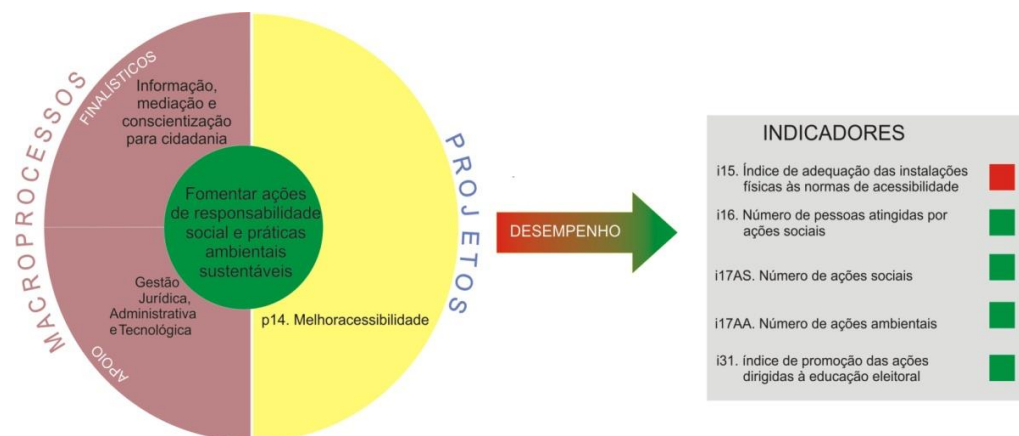
INDICADORES

-  Meta não alcançada
-  Meta alcançada
-  Em atenção
-  Não mensurado

PROJETOS

-  Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
-  Andamento normal, conforme planejado
-  Com atrasos, não considerados críticos
-  Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
-  Projeto concluído
-  A iniciar

FOMENTAR AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Promover a conscientização da importância do voto, dos direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania, bem como dos serviços eleitorais, e desenvolvimento de ações que contribuam para a preservação do meio ambiente.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Informação, Mediação e Conscientização para Cidadania (FINALÍSTICOS) e Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo foi instituído o projeto estratégico Melhor acessibilidade.
PRIORIDADES
Instituir Política e Plano de Logística Sustentável do TRE-BA • Instituição de Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão • Promover a acessibilidade • Ampliar ações de conscientização para a cidadania • Adotar práticas ambientais sustentáveis.

2018	ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	Com relação ao Objetivo Estratégico <i>Fomentar Ações de Responsabilidade Social e Práticas Ambientais Sustentáveis</i> , dos cinco indicadores associados apenas um apresentou desempenho abaixo do esperado. Com efeito, o <i>Índice de adequação física às normas de acessibilidade</i> não atingiu a meta proposta para 2018, posto que, não foram concretizadas as obras previstas visando à adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade. Por outro lado, destaca-se o ótimo desempenho dos indicadores i16, Número de pessoas atingidas por ações sociais e i17. Número de ações socioambientais. Avalia-se, ainda, como questões a serem trabalhadas para o alcance do objetivo os seguintes fatores: • Cultura organizacional incipiente para as práticas ambientais sustentáveis • Dificuldade no descarte de materiais • Restrições orçamentárias que impediram a adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade, tendo em vista a impossibilidade de realização das obras previstas
	DESAFIOS
	• Realizar obras de acessibilidade em quatro prédios próprios do TRE-BA ; • Obter parcerias com outras entidades para adequação das estruturas dos prédios onde se realiza as eleições • Reduzir o insumo de materiais e insumos • Ampliar o alcance das ações sociais

INDICADORES

i15 - Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	2	2	2	2
Realizado	NM	NM	0	1
Alcance da meta anual	-	-	0,00%	50,00%

Justificativa

O indicador Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade não alcançou a meta estabelecida de realizar duas adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade em razão de não terem sido realizadas as obras de adequação nos Fóruns Eleitorais de Jequié e Tucano, embora tenha sido concretizada a adequação do auditório localizado no Prédio Sede do TRE-BA.

i16 - Número de pessoas atingidas por ações sociais

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta Geral	4000	4000	4000	4000
EJE	772	2427	5437	7271
COASA	0	0	175	232
COEDE	20	20	20	20
Realizado	792	2447	5632	7523
Alcance	19,80%	61,18%	140,80%	188,08%

Justificativa

Quanto ao indicador *Número de pessoas atingidas por ações sociais*, a meta estabelecida para 2018 consistente em beneficiar 4000 pessoas foi superada. Os resultados demonstram que foram beneficiadas 7.523 pessoas através de ações sociais no período, o que representa o alcance de 188,08% da meta anual, índice acima do esperado. Vale acrescentar que esse número foi alcançado pelo somatório de ações realizadas pela EJE, COEDE e COASA.

i17AS - Número de ações socioambientais (esfera social)

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta Geral	70	70	70	70
EJE	7	31	79	99
COASA	0	1	6	8
COEDE	1	4	9	12
Realizado	8	36	94	119
Alcance	11,43%	51,43%	134,29%	170,00%

Justificativa

Em 2018, o indicador *Número de ações socioambientais (esfera social)* apresentou um excelente desempenho, ultrapassando a meta anual de 70 ações sociais realizadas, alavancado pelo grande número de ações promovidas pela EJE. Contribuem para este indicador: EJE, COEDE e COASA.

i17AA - Número de ações socioambientais (esfera ambiental)

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta Total	5	5	5	5
Material de consumo	1	0	1	1
Água e esgoto	1	0	0	1
Gestão de resíduos	1	1	1	1
Energia elétrica	1	0	0	1
Capacitação/Sensibilização	1	2	4	4
Realizado por eixo*	0	2	3	5
Realizado total*	0	3	6	8

Justificativa

A partir do terceiro trimestre de 2018, por decisão do Conselho de Governança, foram consideradas metas específicas para a esfera ambiental de realizar 5 ações, sendo que uma ação para cada um dos cinco eixos (materiais de consumo, água e esgoto, gestão de resíduos, energia elétrica e capacitação). Em 2018, o indicador apresentou um excelente desempenho com a realização de 8 ações ambientais.

Justificativa

Por decisão do Conselho de Governança, na RAE de 04 de julho de 2018, foi incluído o *Índice de promoção das ações dirigidas à educação eleitoral*, em alinhamento com a Meta Nacional Específica 2/2018 - *Promover Ações Voltadas ao Esclarecimento Sobre os Direitos e Deveres do Eleitor, a Importância do Ato de Votar, a Autonomia do Eleitor na Escolha do Candidato e o Exercício do Voto Consciente*. Nota-se que o indicador apresenta um desempenho excelente na sua primeira mensuração, ultrapassando a meta prevista para o exercício.

i31 - Índice de promoção das ações dirigidas à educação eleitoral

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	75%	75%	75%	75%
Realizado	Indicador Novo		100%	100%
Alcance da meta	-		133%	133%

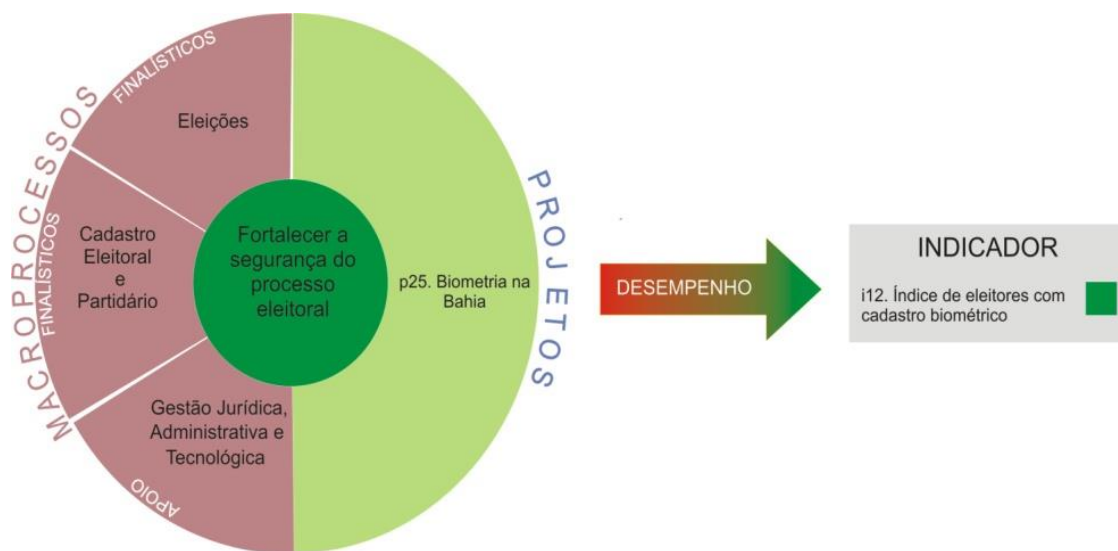
PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 P14. Melhor acessibilidade Período: 2017.1 a 2022.2; PAD : 6.979/2017; Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	Em 2018 foram finalizadas ações voltadas à inclusão, no treinamento de mesários, de orientações específicas ao exercício do voto por eleitores portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, além da divulgação de campanha educativa sobre o tema, com a distribuição de cartazes nos cartórios, órgãos públicos e entidades representativas. Não foram promovidas, ao final do exercício, as capacitações aos servidores do órgão em libras e outros temas afetos à acessibilidade. O atraso foi justificado pelo gerente, que reportou a não concretização das duas capacitações planejadas pela dificuldade de realização de treinamentos em anos eleitorais.

LEGENDAS

OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado	 Meta não alcançada	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
 Alcançado	 Meta alcançada	 Andamento normal, conforme planejado
 Em atenção	 Em atenção	 Com atrasos, não considerados críticos
 Não mensurado	 Não mensurado	 Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		 Projeto concluído
		 A iniciar

FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Eleições (FINALÍSTICOS), Cadastro Eleitoral e Partidário (FINALÍSTICOS) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo foi instituído o projeto estratégico Biometria na Bahia.
PRIORIDADES
• Ampliação do Recadastramento Biométrico em larga escala; • Coletar dados biométricos com qualidade.
DESAFIOS
• Aumentar a capacidade e a qualidade do atendimento ao público deste Regional, especialmente tendo em vista a revisão biométrica em curso; • Elevar a qualidade dos dados constantes do cadastro eleitoral e fidedignidade das informações.

2018	ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	O indicador associado ao presente objetivo estratégico obteve excelente desempenho no exercício 2018, superando em dezesseis pontos percentuais a meta estabelecida. O TRE-BA mantém como prioridade a biometrização do eleitorado, de modo que já está em execução o 2º Ciclo do Projeto Estratégico Biometria na Bahia (2018-2021). Nesse sentido, foram envidados esforços e direcionadas ações, visando a ampliar a capacidade de atendimento da Justiça Eleitoral baiana, por grupos de Zonas Eleitorais, divididas em fases que se estendem até o exercício de 2021. A biometrização do eleitorado reflete diretamente na prestação dos serviços da Justiça Eleitoral e ainda enfrenta grandes dificuldades tais como: • Limitações orçamentárias e estruturais para a realização do recadastramento biométrico • Insuficiência de servidores para atendimento ao público. Um dos impactos decorrentes do recadastramento biométrico foi a formação de longas filas nos postos de atendimento do TRE-BA, fato que já estava previsto quando do planejamento das atividades do Projeto Biometria na Bahia e que vinha sendo acompanhado de perto pela Administração. O Tribunal tem atuado de forma intensa, tanto em campanhas de divulgação, a fim de incentivar o comparecimento do eleitor no período regular de atendimento (atendimento ordinário da biometria), quanto aumentando a capacidade de atendimento nos períodos de convocação para revisão biométrica extraordinária, adotando-se, especialmente, a extensão do horário de funcionamento dos postos e ampliação do número de atendentes e equipamentos à disposição da população.

INDICADORES

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	50%	50%	50%	50%
Realizado	61,95%	65,76%	65,76%	66,54%
Alcance da meta anual	123,90%	131,52%	131,52%	133,08%

i12 - Índice de eleitores com cadastro biométrico

Justificativa

Como avaliação do desempenho do respectivo indicador em relação à meta estabelecida foi ponderado pela Comissão de Gerenciamento do Projeto Biometria na Bahia que "o indicador ultrapassou a meta proposta, tendo sido biometrizados 6.920.775 eleitores em todo o estado da Bahia, até o dia 31/12/2018. Assim, além da meta estabelecida, foram biometrizados mais 1.720.676 eleitores, superando a meta em 33,08% (...)" Para alavancar os resultados do indicador no próximo exercício, a Comissão pontua que é necessário "maior aporte orçamentário, agilidade nas contratações, melhoria da comunicação com as Zonas Eleitorais e disponibilização de servidor que possa atuar no Projeto Biometria com dedicação exclusiva, tendo em vista as demandas diárias das fases do projeto em andamento".

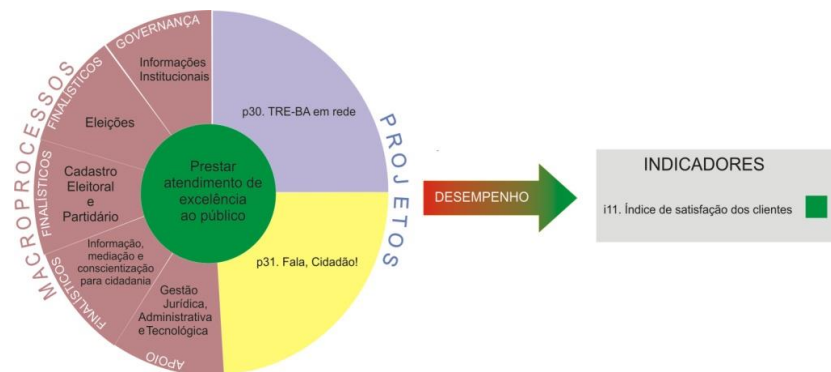
PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p25. Biometria na Bahia Período: 2016.1 a 2021.1 PAD de Acompanhamento: 9.918/2017 Situação: Em andamento, conforme o cronograma planejado	Houve o encerramento do 1º Ciclo do Projeto, em 9/5/2018, totalizando o cadastramento biométrico de 6.834.274 eleitores, o que corresponde a 65,76% do eleitorado do estado. O número ultrapassou a meta prevista no Planejamento Estratégico para o período em 15,16%. Após o encerramento deste ciclo, dos 417 municípios baianos, 98 haviam concluído o procedimento de recadastramento biométrico. Com a reabertura do cadastro eleitoral, em 5/11/2018, teve início o 2º Ciclo do projeto, previsto para ser realizado em 4 fases. A 1ª fase do 2º Ciclo iniciou-se em 5/11/2018 e se encerrou em 22/2/2019, abrangendo 38 municípios. Foram realizadas no exercício de referência, dentre outras atividades, o envio de questionário às Zonas Eleitorais, para levantamento de necessidades, visando nortear contratações necessárias às ações do projeto; encontros com juízes e chefes de cartório; encontros do Presidente do TRE-BA com os Prefeitos e Presidentes das Câmaras dos municípios incluídos na 1ª Fase do 2º Ciclo, visando à realização de parcerias; e a publicação da Portaria nº 455/2018, instituindo grupo de trabalho com a finalidade de prestar apoio à Comissão de Gerenciamento. Ainda, o encerramento do projeto foi prorrogado para 2021.1, conforme decidido em RAE de 4/7/2018. Até 31/12/2018, realizaram o cadastro biométrico um total de 6.920.775 eleitores baianos, o que representou um aumento de 38% em relação a 31/12/2017.

LEGENDAS

OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado  Alcançado  Em atenção  Não mensurado	 Meta não alcançada  Meta alcançada  Em atenção  Não mensurado	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente  Andamento normal, conforme planejado  Com atrasos, não considerados críticos  Iniciado em 2019.1, em relação de PGP  Projeto concluído  A iniciar

PRESTAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA AO PÚBLICO



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Assegurar a prestação de um serviço efetivo, humano, célere e diferenciado, superando a qualidade demandada pelos clientes da Justiça Eleitoral baiana.
EXECUÇÃO
O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Informações Institucionais (GOVERNANÇA), Eleições (FINALÍSTICOS), Cadastro Eleitoral e Partidário (FINALÍSTICOS), Informação, Mediação e Conscientização para Cidadania (FINALÍSTICOS) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foram instituídos os projetos estratégicos TRE-BA em Rede e Fala, Cidadão!
PRIORIDADES
Regulamentar, no âmbito do TRE-BA, a Lei nº 13460/2017 (Código do Usuário do Serviço Público) • Ampliar a capacidade de atendimento na capital e no interior para atendimento da demanda da Revisão Biométrica Extraordinária, por meio de parcerias com órgãos públicos e instituições privadas • Ampliar os trabalhos da Comissão de Acessibilidade • Realizar contato direto com os órgãos públicos responsáveis pelos locais de votação, a fim de que sejam adequados ao atendimento ao público e, especialmente, às normas de acessibilidade • Padronizar os procedimentos de atendimento ao público.

2018	ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO
	O alcance do Objetivo Estratégico “Prestar Atendimento de Excelência ao Público” é auferido a partir de pesquisa de satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral baiana, cujos resultados são apresentados pelo índice de satisfação dos clientes. Este indicador vinha apresentando desempenho abaixo da meta nos exercícios anteriores, entretanto, no exercício 2018 apresentou resultado compatível com a meta estabelecida. Considerando-se as prioridades estabelecidas pela gestão, foi publicada a Resolução Administrativa n. 36/2018, que regulamentou a Lei n. 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público) no âmbito do TRE-BA. Sabe-se, contudo, que há providências a serem adotadas para manter ou melhorar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral baiana, especialmente considerando-se as seguintes dificuldades enfrentadas: • Necessidade de biometrização do eleitorado em pouco tempo e com recursos limitados • Dificuldade em realizar as adequações necessárias nos locais de votação • Insuficiência do quadro de servidores • Restrição orçamentária, que compromete as contratações necessárias para ampliação da rede de atendimento.
	DESAFIOS
	• Ampliar a rede de atendimento ao público; • Informatizar a pesquisa de satisfação ao usuário e aumentar sua abrangência; • Mapeamento e otimização do processo “prestar atendimento ao cidadão”; • Promover a capacitação constante dos servidores que atuam no atendimento ao público; • Ampliar a utilização do sistema de agendamento e do atendimento itinerante.

INDICADORES

i11 - Índice de satisfação dos clientes

	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Anual
Meta	87%	87%	87%	87%	87%
Realizado	81,27%	94,90%	94,69%	85,94%	86,84%
Alcance da meta anual	93,41%	109,08%	108,84%	98,78%	99,82%

Justificativa

O índice de satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pelo TRE-BA alcançou 86,84% em 2018, considerando-se a média dos quatro trimestres, correspondendo a um alcance da meta de 99,82%. Após a publicação da Resolução Administrativa nº 36/2018 que regulamentou a Lei nº 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público) no âmbito do TRE-BA, será promovida alteração da metodologia de aplicação da pesquisa de satisfação dos clientes. Outra alteração proposta pela Ouvidoria, unidade responsável pela realização da pesquisa, é a substituição do método formulário/caixas de acrílico por um sistema informatizado.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p30. TRE-BA em Rede (2019.1 a 2021.2)	Projeto planejado para 2019
 p31. Fala, Cidadão! Período: 2018.1 a 2019.2; PAD : 2.489/2018; Situação: Em andamento, com atrasos não considerados críticos	Com previsão de término em 2019.2, o projeto encontrava-se em atraso no encerramento do ano, pela não conclusão da atividade “Realização de testes no sistema”. O <i>software</i> , escolhido mediante prévia pesquisada da área para gerir as demandas dos cidadãos e as respostas das unidades internas do Tribunal, pode não ser efetivo, em razão da não identificação de funcionalidades indispensáveis a um sistema de Ouvidoria. Apesar dos esforços conjuntos da gerente de projeto e da SEDESC, envolvendo, ainda, tratativas junto ao TSE – órgão desenvolvedor do sistema em teste –, as adaptações necessárias continuavam pendentes ao fim de 2018, podendo comprometer as atividades futuras do projeto.

LEGENDAS

OBJETIVOS

-  Não alcançado
-  Alcançado
-  Em atenção
-  Não mensurado

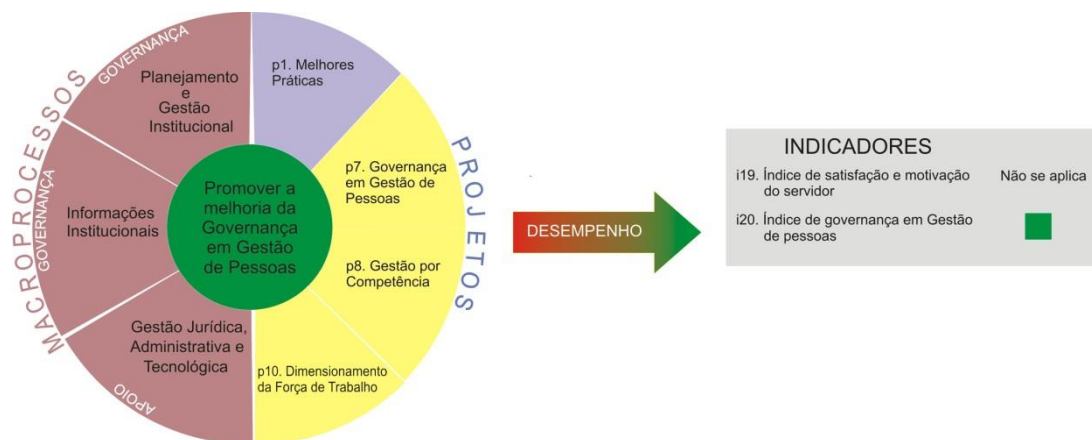
INDICADORES

-  Meta não alcançada
-  Meta alcançada
-  Em atenção
-  Não mensurado

PROJETOS

-  Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
-  Andamento normal, conforme planejado
-  Com atrasos, não considerados críticos
-  Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
-  Projeto concluído
-  A iniciar

PROMOVER A MELHORIA DA GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Modernizar os processos de Gestão de Pessoas com o objetivo de potencializar o desenvolvimento do capital humano, a valorização dos colaboradores e a humanização das relações de trabalho, aliado à racionalização dos métodos e práticas adotadas e à implementação da governança de Gestão de Pessoas.

EXECUÇÃO

O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA), Informações institucionais (GOVERNANÇA) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foram identificados os projetos estratégicos Melhores Práticas, Governança em Gestão de Pessoas, Gestão por Competência e Dimensionamento da Força de Trabalho.

PRIORIDADES

- Instituir programa de valorização de servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
- Institucionalização da Política de Gestão de Pessoas e da Política de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
- Instituição do Modelo de Gestão por Competências no âmbito do Tribunal

2019

ANALISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

O objetivo estratégico em questão tem dois indicadores associados, sendo que o *Índice de satisfação e motivação do servidor* não foi aplicável ao exercício, por se tratar de ano eleitoral. O indicador *Índice de governança e gestão de pessoas*, por seu turno, ultrapassou a meta estabelecida, obtendo-se a resposta positiva em 67,65% dos itens do questionário Perfil GovPessoas. O TRE-BA vem trabalhando para resolver questões afetas à área de gestão de pessoas que ainda não alcançaram o nível almejado pelo Tribunal, especialmente em razão de: • Insuficiência do quadro de servidores • Gestores atuando em atividades operacionais • Dificuldades para desenvolvimento de sistemas informatizados que auxiliem a gestão de pessoas.

DESAFIOS

- Modernizar os processos de gestão de pessoas já mapeados
- Instituir políticas de reconhecimento e valorização do servidor
- Instituir políticas de reconhecimento e valorização do servidor
- Informatizar as atividades ainda de forma manual na unidade.

INDICADORES

A consecução do Objetivo Estratégico *Promover a Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas* está associada aos indicadores *Índice de governança em Gestão de Pessoas* e *Índice de satisfação e motivação do servidor*, sendo que o Índice de satisfação e motivação do servidor não se aplica neste exercício.

i19 - Índice de satisfação e motivação do servidor

Justificativa

O *Índice de satisfação e motivação do servidor* é um indicador bianual, sendo mensurado a partir da realização de pesquisas de clima organizacional previstas para os exercícios de 2019 e 2021. Portanto, não se aplica ao ano em curso.

i20 - Índice de governança em Gestão de Pessoas

2018				
	1º Trim	2º Trim*	3º Trim	4º Trim
Meta	65,00%	65,00%	65,00%	65,00%
Realizado	-	67,65%	-	67,65%
Alcance	-	104,08%	-	104,08%

Justificativa

Em 2018, conforme deliberação do CGPE, a aferição do *Índice de governança em gestão de pessoas* foi realizada em questionário próprio do Planejamento Estratégico do TRE-BA, baseado nos questionários *Perfil GovPessoas de 2016* e *Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (2017)* do TCU. Essa decisão teve o intuito de estabilizar a análise da progressão das metas para o ciclo de gestão 2016-2021, tendo em vista que o citado questionário, adotado como instrumento de mensuração do indicador, tem sofrido, anualmente, modificações em seu escopo.

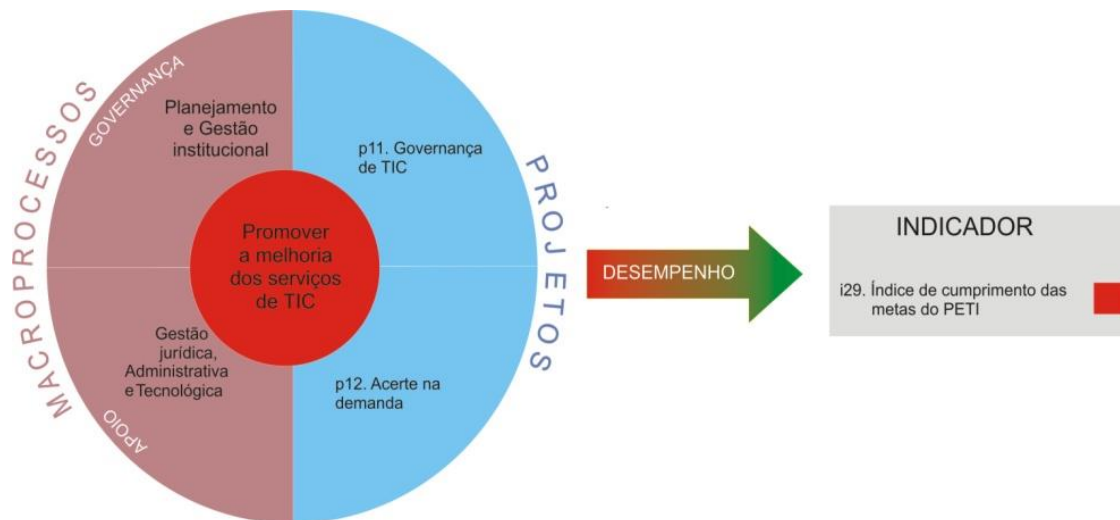
Após a aferição dos resultados, foi possível avaliar a evolução da maturidade da governança em Gestão de Pessoas no TRE-BA, que foi, em 2018, da ordem de 67,65%, superior à meta de 65% estabelecida para o período. A criação da seção de desenvolvimento organizacional em 2018 possibilitou o incremento e desenvolvimento das ações.

PROJETOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p7. Governança em Gestão de Pessoas Período: 2016.1 a 2021.2; PAD de Acompanhamento: 16.532/2016; Situação: Em andamento, com atrasos não considerados críticos.	No exercício de 2018, dentre outras atividade, foi elaborado o plano de intervenções para a evolução da maturidade da governança de gestão de pessoas, realizadas capacitações sobre governança e publicadas políticas relacionadas ao tema do projeto, conforme listado abaixo: a) Resolução Administrativa nº 18/2018 - institui a Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC; b) Portaria nº 369/2018 - instituiu a Programa TI Valoriza. c) Instrução Normativa nº 3/2018 – refere-se à Gestão por Competências no TRE-BA; d) Resolução Administrativa nº 22/18 – institui competências gerenciais para ocupação de cargos e funções gerenciais no âmbito do TRE-BA; Os atrasos referem-se às atividades de “Revisão da composição do Comitê Gestor de Governança de Gestão de Pessoas”, e de “Definir as instâncias internas de apoio à Governança de Gestão de Pessoas”, previstas, mas não concluídas no exercício.
 P8. Gestão por Competências (2017.1 a 2018.2) Período: 2016.2 a 2021.2; PAD : 15.096/2016; Situação: Em andamento, com atrasos não considerados críticos.	Em 2018 o projeto priorizou a STI e a SGS, para a definição e avaliação das competências necessárias a realização das atribuições de suas respectivas unidades subordinadas, visando delinear o plano de desenvolvimento individual (PDI) dos servidores nelas lotados. Referentes a estas unidades, foram finalizadas as atividades afetas à criação dos Mapas de Atribuição por Produto e à elaboração de relatórios de diagnóstico de perfil, encaminhados a unidade competente para nortear a priorização de capacitações no Plano Anual de Capacitação (PAC). Sobre esta última atividade, registra-se que somente as competências gerenciais, comum aos gestores do órgão, foram avaliadas. O ciclo avaliativo das competências específicas não foi realizado no exercício, pela não adaptação do sistema de avaliação de competências, cedido pelo TRE-MA, à metodologia adotada neste tribunal. Isso prejudicou o diagnóstico de perfil específico por área, embasado somente nas competências específicas levantas. Também a atividade de “Orientação e acompanhamento para a reunião de feedback e montagem do PDI”, prevista para o exercício, não foi concluída.
 p10. Dimensionamento da Força de Trabalho (2018.2 a 2021.2). Período: 2018.2 a 2021.2 PAD : 13.819/2018. Situação: Em andamento, com atrasos não considerados críticos.	Conforme deliberado na RAE de 22/8/2018, foi homologada a antecipação do início do projeto para 2018.2 e postergação do final para 2021.2, por conta de sua conexão com o Projeto Gestão por Competência. No exercício de 2018 foram priorizadas ações visando concluir o dimensionamento da força de trabalho na SOF e SGA, e iniciar os trabalhos na SGS e STI. Conforme o planejado, a SOF e a SGA tiveram seu dimensionamento finalizado, com a realização de oficina para apresentação à Alta Gestão das conclusões e recomendações referentes ao dimensionamento da força de trabalho nestas áreas. Todavia, não foram iniciados, até o fim do exercício, os trabalhos relativos à SGS e STI, razão pela qual a iniciativa estratégica encontrava-se em atraso não considerado crítico ao final do período a que se refere este relatório.
 p. Melhores Práticas (2019.1 a 2020.2)	O Projeto Melhores Práticas está previsto para ser iniciado em 2019.1

LEGENDAS		
OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
 Não alcançado	 Meta não alcançada	 Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
 Alcançado	 Meta alcançada	 Andamento normal, conforme planejado
 Em atenção	 Em atenção	 Com atrasos, não considerados críticos
 Não mensurado	 Não mensurado	 Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		 Projeto concluído
		 A iniciar

PROMOVER MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TIC



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Incrementar a produção de sistemas informatizados e suprir as necessidades de infraestrutura, visando ao atendimento das necessidades dos clientes internos e externos do TRE-BA em relação aos serviços de TIC, proporcionando agilidade e modernização dos processos organizacionais.

EXECUÇÃO

O objetivo estratégico está vinculado aos processos de Planejamento e Gestão Institucional (GOVERNANÇA) e de Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica (APOIO). Para alavancar o alcance do objetivo, foram instituídos os projetos estratégicos Governança de TIC e Acerte na Demanda.

PRIORIDADES

- Revisar processos de trabalho com implementação de melhorias em seus fluxos e simplificação da linguagem
- Otimizar processos internos de TIC.

2018

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO OBJETIVO

O indicador associado ao objetivo estratégico em questão somente passou a ser mensurado no segundo semestre de 2018, após a publicação do Caderno de Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI). O desempenho do indicador ficou aquém da meta estabelecida, especialmente em razão de se tratar da fase inicial de mensuração, a unidade responsável relatou dificuldades em monitorar e impulsionar o desempenho do indicador. São considerados ainda impedimentos para alcance do objetivo os seguintes aspectos: • Insuficiência do quadro de servidores para desenvolvimento de sistemas informatizados • Restrição orçamentária que dificulta a aquisição de equipamentos e a ampliação dos serviços de TIC.

DESAFIOS

- Avançar no cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
- Aperfeiçoar os processos de trabalho relacionados à área de Tecnologia da Informação.

INDICADORES

i29 - Índice de cumprimento das metas do PETI

2018				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Meta	89%	89%	89%	89,00%
Realizado*	NM	NM	NM	50,00%
Alcance da meta	-	-	-	56,18%

Justificativa

A meta estratégica estabelecida em 2018 para o indicador foi cumprir 89% das metas do PETI. Com a publicação da Resolução Administrativa/TRE-BA nº 21/2018, de 28.06.2018, que institui o Caderno de Indicadores e Metas de Medição do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), o índice de cumprimento das metas do PETI começou a ser mensurado e informado no final do exercício, por tratar-se de indicador anual. Após a aferição, o Índice alcançou o resultado de 50%, bem abaixo da meta de 89% estabelecida para o período. O indicador foi medido apenas ao final do ano, após a aprovação do caderno de indicadores do PETI. Como a mensuração está em fase inicial, a unidade relatou dificuldades em monitorar e impulsionar o desempenho dos indicadores previstos.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PROJETO	OBSERVAÇÃO
 p12. Acerte na Demanda Período: 2016.1 a 2017.1	Projeto Concluído
 p11. Governança de TIC Período: 2016.2 a 2018.1 PAD de Acompanhamento: 13.682/2016 Situação: Concluído	A entrega do projeto foi concretizada com a publicação da Resolução Administrativa nº 17, de 13 de junho de 2018, publicada no DJe de 15 de junho de 2018.

LEGENDAS

OBJETIVOS

-  Não alcançado
-  Alcançado
-  Em atenção
-  Não mensurado

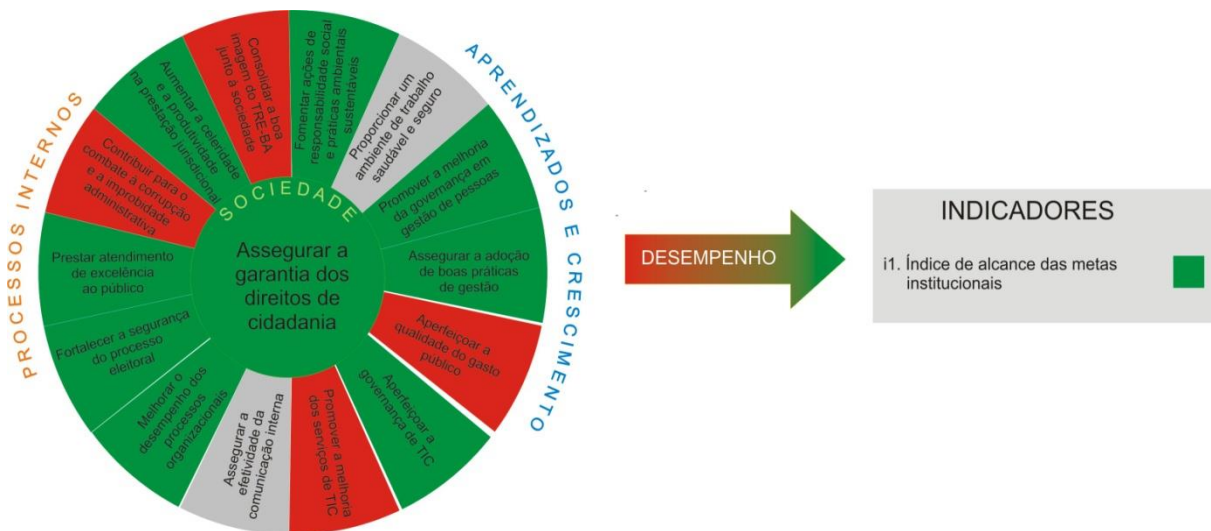
INDICADORES

-  Meta não alcançada
-  Meta alcançada
-  Em atenção
-  Não mensurado

PROJETOS

-  Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
-  Andamento normal, conforme planejado
-  Com atrasos, não considerados críticos
-  Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
-  Projeto concluído
-  A iniciar

ASSEGURAR A GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA



DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrador (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

DESEMPENHO DO OBJETIVO

O Objetivo Estratégico *Assegurar a garantia dos direitos de cidadania* faz parte da perspectiva sociedade e está alocado no topo das perspectivas, considerando a premissa de que a Administração Pública existe para identificar e atender as demandas da sociedade. Este objetivo depende da mensuração do indicador *Índice de alcance das metas institucionais*, que é o resultado do desempenho dos seguintes objetivos: *Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional*, *Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa*, *Prestar atendimento de excelência ao público*, *Fortalecer a segurança do processo eleitoral*, *Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis*. Em 2018 o resultado aferido foi de 72,22%, superando a meta de 55,22% estabelecida para o período.

LEGENDAS

OBJETIVOS	INDICADORES	PROJETOS
■ Não alcançado	■ Meta não alcançada	■ Problemas, necessário ajustar o curso de ação imediatamente
■ Alcançado	■ Meta alcançada	■ Andamento normal, conforme planejado
■ Em atenção	■ Em atenção	■ Com atrasos, não considerados críticos
■ Não mensurado	■ Não mensurado	■ Iniciado em 2019.1, em relação de PGP
		■ Projeto concluído
		■ A iniciar